

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ADILMA ZULEICA MONTEIRO SILVA

DIPLOMACIA E INTEGRAÇÃO DOS EMIGRANTES CABO-VERDIANOS

PORTO ALEGRE

2009

Adilma Zuleica Monteiro Silva

Diplomacia e Integração dos Emigrantes Cabo-Verdianos

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado junto à Disciplina ECO02290 (Trabalho de Diplomação) do curso de Relações Internacionais como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto E. Faria

Porto Alegre

2009

Dedico este trabalho aos meus pais, Josefa Monteiro Afonso e José Tomas Freire Carvalho Silva, por ser um espelho, ética, dignidade, confiança e por todo o amor e apoio em todos esses anos. Aos meus irmãos, principalmente às minhas irmãs Marly Silva e Silvana Silva, pelo apoio, conselho, carinho e amor incondicional. E ao meu querido namorado Adilson.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho é fruto da contribuição direta ou indireta de inúmeras pessoas e entidades as quais gostaria de agradecer por toda a ajuda e apoio prestado.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a qual serei eternamente grata pela oportunidade de ter feito parte do seu quadro de discentes nos últimos quatro anos, período de enorme aprendizado, e crescimento acadêmico, pessoal e profissional. Como não poderia deixar de ser, expressa a minha gratidão ao corpo docente dessa academia pela dedicação e conhecimentos transmitidos nessa caminhada de graduação, de forma especial ao professor Luiz Augusto Estrela Faria, pela orientação e auxílio neste projeto.

Aos meus pais, pelo amor, encorajamento, e por ter acreditado em mim.

Apesar da distância, (saudades, e muitas vezes dificuldades e desânimo), que nos separou durante todo esse tempo nunca estiveram tão presentes, através dos ensinamentos de vida que me transmitiram durante toda minha existência. Essa conquista com certeza não seria possível sem eles.

Como não pude deixar de agradecer a minha colega Alessandra, por apoio companheirismo durante todo o curso.

Agradeço também ao meu amigo Paulino Tavares, que me ajudou muito durante todo esse tempo, quando muitas vezes encontrava dificuldades em entender o conteúdo da disciplina.

RESUMO

Este trabalho tem por objeto de estudo a diplomacia e a integração dos emigrantes cabo-verdianos no exterior, destacando as relações diplomáticas estabelecidas entre Cabo Verde e países receptores de emigrantes. Uma vez que, a emigração é um fenômeno tão presente e marcante na sociedade cabo-verdiana. E esse fenômeno tem contribuído de forma benéfica no desenvolvimento social e econômico do país. Contribuição manifestada através das remessas de emigrantes, enviadas para o país. O trabalho traça um mapa da situação e integração dos emigrantes cabo-verdianos nos países receptores, apresentando suas características e as relações diplomáticas e políticas de emigração adotadas para uma melhor integração do mesmo.

Palavras-chave: Diplomacia; Emigração; Políticas Integração; Remessas dos Emigrantes.

ABSTRACT

This study monograph has same object the diplomacy and integration of Cape Verdean emigrants in abroad, highlighting the diplomatic relations established between Cape Verde and receiving countries of emigrants. Since, the emigration is a phenomenon so present and remarkable in Cape Verdean society. And this phenomenon has contributed to beneficial social and economic development of the country. Contribution expressed through of remittances sent to the country from emigrants. The work draws a map of the situation and integration of Cape Verdean emigrants in the receiving countries, features and diplomatic relations and migration policies adopted for better integration

Key-words: Diplomacy; Immigration; Integration Political; Emigrants' Remittances.

EPÍGRAFE

“O senhor é meu pastor e nada me faltará”. Salmo 23

LISTA DE ABREVIATURAS

MNCC-Ministérios dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades

IC-Instituto das Comunidades

ANMCV-Associação Nacional dos Municípios de Cabo verde

DGAL-Direção Geral da Administração Local

BCA-Banco Comercial do Atlântico

TACV- Transporte Aéreo de Cabo Verde

DGA-Direção Geral das Alfândegas

DGF-Direção Geral de Comércio

DGMCSC-Direção Geral das Migrações Comunidades e Serviços Consulares

FSC-Fundo de Solidariedade das Comunidades

CTS-Centro de Cuidados de Saúde Transcultural

EUA - Estados Unidos da América

FUCR- Federação das Organizações Cabo-Verdianas de Roterdão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I- A DIPLOMACIA, TEORIAS DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, CONTEXTO INTERNACIONAL MIGRATÓRIO E HISTÓRIA DA EMIGRAÇÃO CABO-VERDIANA.....	16
1.1 A diplomacia.....	16
1.1.1 As funções da diplomacia.....	19
1.1.2 Tipos de atos internacionais.....	19
1.2 Teorias das Migrações Internacionais.....	21
1.2.1 Migrações como problema sociológico.....	21
1.2.2 A economia da migração.....	23
1.2.3 Redes sociais.....	24
1.2.4 A migração como processo transnacional.....	25
1.3 Contextos internacionais migratórios.....	26
1.4 Breve História da emigração cabo-verdiana.....	28
1.4.1 A diáspora cabo-verdiana.....	31

CAPÍTULO II RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE CABO VERDE E OS PAÍSES RECEPTORES DE EMIGRANTES NO SETOR DE EMIGRAÇÃO; ACORDOS E CONVENÇÕES.....	33
2.1 Caracterização da comunidade cabo-verdiana em Portugal.....	33
2.1.1 O mercado do trabalho.....	35
2.2 Relações diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal no setor de emigração-contextualizando cooperação governamental entre Cabo Verde e Portugal.....	36
2.2.1 Convenção/ Acordos de segurança social.....	37
2.3 Caracterização da comunidade cabo-verdiana na Holanda: a dimensão histórica e sócio-cultural da presença cabo-verdiana na Holanda.....	40
2.3.1 O mercado de trabalho.....	44
2.4 Relações diplomáticas entre Cabo Verde e Holanda no setor de emigração-Contextualizando a cooperação governamental entre Cabo Verde e Holanda.....	45
2.4.1 Convenção/ Acordos de segurança social entre Cabo Verde e o reino dos Países Baixos.....	46
2.5 História e caracterização da comunidade cabo-verdiana na França.....	46
2.5.1 O mercado de trabalho.....	49
2.6 Relações diplomáticas entre Cabo Verde e França no setor de emigração-contextualizando cooperação entre Cabo Verde e França.....	49
2.6.1 Relações bilaterais e convenções de segurança social.....	50

CAPÍTULO III- POLÍTICA DO GOVERNO DE CABO VERDE PARA O SETOR DE EMIGRAÇÃO E COMUNIDADES: O PAPEL DA COOPERAÇÃO.....	53
3.1 A política do atual governo de Cabo Verde para em matéria de emigração segundo o Institutos das Comunidades (ic).....	57
3.2 Medidas adotadas pelo Governo de Cabo Verde no âmbito de melhor promover a integração dos emigrantes cabo-verdianos.....	60
3.3 Acordos/ Convenções no domínio diplomático consular no âmbito de promover melhor integração dos emigrantes.....	61
3.4 Integração das comunidades mais carentes no estrangeiro.....	61
3. 5 Modos de integração social na Portugal, Holanda e França: associativismo.....	63
3.5.1 Portugal.....	63
3.5.2 Holanda.....	64
3.5.3 França.....	65
CAPÍTULO IV- IMPACTOS DAS REMESSAS DOS EMIGRANTES NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE CABO VERDE.....	67
CONCLUSÃO.....	71
ANEXO.....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77

INTRODUÇÃO

A política externa nasceu com a concepção Westaliana (Tratado de Westefália em 1648) que lança o princípio de estado moderno e soberania; sujeito principal de relações internacionais, que ninguém e nenhum poder político, autocrático e democrático ousou contestar até hoje. Com efeito, os estados, com o intuito de defender os seus interesses, e conscientes que eles só atingem o crescimento e desenvolvimento através de um relacionamento entre eles, baseados na cumplicidade e entendimento, através de negociações. E tendo a plena consciência que é preciso haver uma espécie de interdependência, uma vez que nenhum estado consegue evoluir sozinho, eles tentam se relacionar através da cooperação. Cooperação que tem como base a diplomacia, uma vez defendida pela paz de westefália, o uso da diplomacia para defender os interesses em vez do uso da força.

A diplomacia é o sistema e a arte de comunicação entre os estados. Ela é dividida em duas categorias: embaixadas e conferências. Desempenha três funções: comunicação, negociação e informações. Dentro das práticas diplomáticas temos atos internacionais, que são: tratados, acordos, convenções, protocolo, memorando de entendimento, e convênio interinstitucional.

A emigração é o fenômeno espontâneo de deixar seu local de residência para se estabelecer numa outra região ou nação. Fenômeno que teve um profundo impacto no mundo dos séculos XIX e XX, quando milhões de pessoas deixaram a Europa e o Oriente Médio para buscar uma nova vida em países como Estados Unidos, Brasil e Argentina, Canadá e Austrália.

As causas que levaram essas pessoas ou grupos a emigrar são muitas como as condições políticas desfavoráveis, a precária situação econômica, perseguição religiosa, guerras, ou por mero amor à aventura.

Cabo Verde um país marcado pela insularidade, pelo terreno montanhoso e acentuado declive, pela escassez das chuvas, pela desarborização progressiva devido à ação violenta dos ventos e enxurradas que carregam camadas do solo fértil, até fatores econômicos, políticos, demográficos e históricos. A economia assenta numa agricultura de subsistência e artesanal, a fraca competitividade comercial, o aumento demográfico, o desemprego, baixo salário. Por

todos esses motivos aconteceu um grande fluxo de emigração cabo-verdiana a partir do século XVIII.

Assim a emigração cabo-verdiana é o fenômeno marcante no processo de formação da sociedade cabo-verdiana, com população emigrada superior à residente. Segundo o instituto das comunidades¹, estima-se que 517.780 cabo-verdianos vivam fora de Cabo Verde contando com os filhos e netos desses cabo-verdianos residentes na diáspora.

Segundo Antonio Carreira², pode distinguir três fases da emigração cabo-verdiana: a primeira que decorre até 1900; a segunda que vai 1927 a 1945, e a terceira fase que corresponde ao período 1946 a 1973.

Cabo Verde tem-se beneficiado muito com a emigração, é um fato, tanto que segundo os dados do Banco de Cabo Verde as remessas dos emigrantes aumentaram em 2008. Remessas essas que contribuíram o par com a ajuda externa ao desenvolvimento. Permite a construção de estrada, a implementação de programas de reflorestamento de abastecimento de água, até o próprio desenvolvimento de bairros, como por exemplo, tem bairros que chegaram à categoria de cidade graças a emigrantes que vão, mas voltam e investem nos seus bairros, construindo casas modernas, bares, cinemas...

O que está na base desses aumentos das remessas de emigrantes que tanto contribuíram para o desenvolvimento dessas ilhas, é graça à integração desses emigrantes uma vez conseguida através de relações diplomáticas entre Cabo Verde e países receptores de emigrantes. Cabo Verde, ciente da importância e tendo a emigração como parte integrante da nação cabo-verdiana, vem traçando uma série de políticas de emigração e integração de modo que os emigrantes se sentirão cada vez mais integrados e aptos a se evoluírem nos países receptores.

As inúmeras presenças dos cabo-verdianos, principalmente nos países europeus, são graças à relação privilegiada que Cabo Verde tem com a União Européia. Pois a diplomacia e uma política externa eficiente seria a base para uma melhor integração desses emigrantes. É nessa ótica que procurarei trabalhar e tentar mostrar que a emigração não é só um problema

¹ Instituto das Comunidades é um serviço personalizado do Estado de Cabo Verde, encarregado de promover a política governamental relacionadas com as comunidades cabo-verdianas no exterior. Tem sede na cidade da Praia, mas podem criar delegações ou representantes em outros pontos ou exterior.

² Etnólogo e autodidata Cabo-Verdiano

sociológico, mas sim, que sendo uma variável demográfica, ela torna um componente essencial da política externa. E que para que aja uma melhor integração dos emigrantes é preciso com que os países, tanto do emissor e receptor, tenha diálogo constante e sempre buscar através das relações diplomáticas fazer com que os emigrantes sintem cada vez mais acolhidos.

Este trabalho tem por objetivo geral analisar a relação diplomática entre Cabo Verde e países receptores dos emigrantes com destaque para os seguintes países: Portugal, França e Holanda e emigração cabo-verdiana, destacando a integração do mesmo no estrangeiro.

Tem como objetivos específicos analisar teorias das migrações, história da emigração cabo-verdiana, história/análise das relações diplomáticas entre cabo verde e países receptores no âmbito do setor da emigração; políticas adotadas pelo estado de Cabo Verde no âmbito de melhor promover integração dos emigrantes.

Desse modo o trabalho compreende em analisar as relações diplomáticas, e políticas de integração dos emigrantes cabo-verdianos, estabelecidas entre Cabo Verde e países receptores nestes quatros seções de desenvolvimento:

Capítulo I - serão trabalhadas a diplomacia, que é um tema importante para a análise deste trabalho uma vez que trata das questões de emigração ligadas às relações diplomáticas de Cabo Verde com os países receptores, as teorias das migrações internacionais, destacando algumas teorias consideradas relevantes para a análise. Posteriormente será tratada uma seção sobre contexto migratório internacional, para explicar o fenômeno. Por fim, será analisada uma breve história sobre a emigração cabo-verdiana.

Capítulo II - serão tratadas as relações diplomáticas entre Cabo Verde e os países receptores de emigrantes, em que serão analisados os acordos e convenções, com destaque para estes três países: Portugal, França, e Holanda. Também será feita uma pequena caracterização dessas comunidades.

Capítulo III - será analisada a política do governo de Cabo Verde para o setor de emigração e comunidades: papel da cooperação. Posteriormente será tratada, política adotada pelo governo de Cabo Verde para a integração dos emigrantes.

Capítulo IV- será tratada uma seção sobre impacto de remessas de emigrantes para o desenvolvimento econômico e social de Cabo Verde. Por fim uma pequena conclusão acerca do trabalho, e anexo com mapas de Cabo Verde para melhor ajudar a localizá-lo.

CAPÍTULO I - A diplomacia, Teorias das Migrações Internacionais, Contexto Internacional Migratório, e História da Emigração Cabo-verdiana

1.1 A diplomacia

A diplomacia é o sistema e arte da comunicação entre os estados. O sistema diplomático é a instituição mestra das relações internacionais. Ele pode ser dividido em duas categorias: as embaixadas e as conferências, (MARTIN WIGHT, 2002).

Já para Hedley Bull (2002) diplomacia é a aplicação de inteligência e do tato à condução das relações entre os governos de estados independentes, estendendo-se também, por vezes, às relações com os estados vassalos ou, mais sucintamente, à condução dos negócios entre os estados por meio pacíficos.

Todas as civilizações provavelmente conheceram o uso de embaixadas entre as potências independentes. Mas a prática de se estabelecer em embaixadas permanentes, isto é, residentes, em suas respectivas capitais é uma invenção de um intrincado mundo político de alianças instáveis.

Em comparação com o antigo método de mandar um enviado especial para cuidar de determinado crise, a rede de agentes residentes tinha a vantagem de possuir aquilo que hoje é chamado de “linha direta” entre as capitais de cada potência. A utilidade e eficiência do sistema fizeram com que ele se lastrasse durante o século XVI até as potências situadas além dos Alpes. Dessa forma, foi estabelecido o direito de legação, que é o princípio segundo o qual todo estado está habilitado a enviar agentes diplomáticos para representarem seus interesses em outros estados, e reciprocamente habilitados a receber tais agentes.

O agente diplomático possui três funções: de comunicação, de informação e de negociação. Ele é o representante do seu próprio governo, que transmite e explica suas mensagens ao governo junto ao qual ele se encontra acreditado, e que transmite as mensagens do governo estrangeiro de volta para seu próprio governo com seus comentários. De acordo com instruções recebidas, ele negocia com o governo estrangeiro. Além disso, ele envia a seu governo a informação que possa obter a respeito do país onde está servindo e que julgue ser relevante para a elaboração da política.

O envio da informação é a única das três funções que não requer um relacionamento com o governo estrangeiro. É uma função que o embaixador divide com o espião- que é um agente clandestino à procura de informações secretas, autorizado por seu governo, mas desmentido caso seja capturado.

O autor faz uma correlação entre diplomacia e espionagem, onde, segundo ele, servir como um espião honrado significava não somente descobrir segredos, mas também ser capaz de influenciar a situação. De maneira a servir os interesses do seu próprio governo por intermédio do suborno e da corrupção dos ministros do governo de estado onde estivesse acreditado.

A diferença entre diplomacia e a espionagem é a diferença entre a arte de paz e a arte de guerra; é também uma parte a diferença entre a arte do governo constitucional e a arte do despotismo. Quando a paz se aproxima da guerra, a diplomacia e a espionagem tendem mais uma vez a se confundirem (Martin Wight, 2002).

É preciso distinguir três sentidos importantes da palavra “diplomacia”:

- a) Gestão das relações entre os estados e outras entidades da política mundial, por meios pacíficos e com o uso de agentes oficiais.
- b) Gestão conduzida por diplomatas profissionais, ou seja, a diplomacia é a condução das relações internacionais, por meio de negociação.
- c) A condução das relações entre os estados na forma diplomacia no sentido usual do termo, isto é, sensível e sutil.

Segundo Wight (2002) quando um indivíduo procura desempenhar um papel no campo das relações entre os estados, não é diplomático, afete ou não o rumo dos acontecimentos. A diplomacia consiste na condução das relações internacionais por pessoas que atuam como agentes oficiais.

Aplica-se o termo “diplomacia” às relações oficiais não só dos estados, mas também de outras entidades políticas que participam da política mundial. Tais como os agentes das Nações Unidas, ou de outras organizações internacionais tais como a Organização Internacional do Trabalho, assim como de organizações regionais, também praticam a diplomacia.

A forma nova de diplomacia é a transmissão de mensagens entre duas comunidades políticas independentes.

Segundo o autor, hoje, ao refletir sobre a diplomacia precisam-se levar em conta as seguintes distinções a seguir discutidas:

1. A diplomacia inclui tanto a formulação como a execução da política externa de um estado. A formulação dessa política implica a coleta e avaliação de informações sobre o ambiente internacional e as linhas políticas alternativas.
2. As relações diplomáticas são bilaterais ou multilaterais. A diplomacia multilateral pode assumir a forma de conferência de mais de dois estados, ou de conferências permanentes, ou seja, organização internacional.
3. A diplomacia pode ser ad hoc ou institucionalizada. Antes os contatos diplomáticos não requeriam qualquer relacionamento permanente ou sistema de regras e convenções acordadas. Mas atualmente os contatos diplomáticos entre os estados soberanos são institucionalizados. E elas ocorrem no sistema de base permanente, convenções, e acordos. Etapas importantes na institucionalização das relações diplomáticas no sistema internacional moderno foi o surgimento das embaixadas residentes na Itália do século XV; a emergência do corpo diplomático no século XVIII.
4. E por fim, pode distinguir nas relações internacionais entre os ramos “diplomáticos” e o “consular”. Enquanto o primeiro se ocupa das relações entre os governos de diferentes países, o segundo tem a ver com o relacionamento dos cidadãos, com os governos estrangeiros e os súditos desses estados. A distinção entre eles nem sempre é fácil de fazer uma vez que, atualmente muitas vezes as missões diplomáticas exercem funções “diplomáticas” no plano local. No século XIX e na primeira parte do XX muitos países mantinham um serviço consular separado do diplomático, mas a tendência atual é para os dois serviços se fundirem.

A diplomacia pressupõe a existência de um sistema internacional, ou seja, de dois ou mais estados interagindo. A diplomacia pressupõe a existência não só de um sistema internacional, mas de uma sociedade internacional. O que torna possível o intercâmbio de missões diplomáticas é a aceitação, pelos estados, de regras e convenções bastante complexas.

1.1.1 As funções da diplomacia

- A diplomacia facilita a comunicação entre os líderes políticos dos estados e das outras entidades que participam da política mundial. Sem essa comunicação não seria possível haver uma sociedade internacional ou um sistema internacional. Portanto a função mais importante de um diplomata é ser um mensageiro (HEDLEY BULL, 2002).
- A segunda função da diplomacia é negociar acordos. Sem negociação de acordos as relações internacionais ainda seriam possíveis.
- Uma terceira função da diplomacia é “coligir informações”, inteligência a respeito dos países estrangeiros. A política externa de cada estado precisa basear-se em informações sobre desenvolvimentos que ocorrem no mundo.
- Quarta função da diplomacia é minimizar os efeitos dos atritos nas relações internacionais. Os atritos são movimentos de fricção entre as coisas que estão muito próximas. Reduzir esses atritos é uma das principais funções do diplomata.
- Por fim a diplomacia preenche a função de simbolizar a existência da sociedade dos estados.

Um elemento importante dentro da prática diplomática é o ato internacional. Ato internacional é todo instrumento pelo qual uma pessoa de direito internacional público (estado ou organização internacional, por exemplo) assume obrigações e adquirem direitos, por escrito, sobre determinada matéria, perante outras ou outras pessoas de direito internacional.

O ato internacional é um dos mais importantes instrumentos da política externa. Portanto um dos indicadores mais objetivos e eloqüentes das atividades diplomáticas é o volume de atos internacionais.

1.1.2 Tipos de atos internacionais

- ✓ Tratados- são atos bilaterais e multilaterais.
- ✓ Convenção- designa na prática moderna do direito internacional, os atos de caráter multilateral oriundos de conferências internacionais, versando sobre assuntos de

interesse geral. São exemplos as convenções de Viena sobre relações diplomáticas, consulares, direito dos tratados e sucessão de estados, em matéria de Direito do Mar, ou ainda as convenções sobre diversidade de Biologia ou sobre diversidade cultural (Alessandro Condes, 2008).

- ✓ Acordo - que baseia no acordo-quadro ou acordo básico³.
- ✓ Ajuste complementar - ato que normaliza a execução de outro, anterior em muitos casos, um acordo-quadro ou um acordo básico
- ✓ Memorando de entendimento - ato de forma bastante simplificada destinada a registrar princípios gerais que orientarão as relações entre as partes, em particular nos planos políticos, econômico, cultural, científica e educacional. Tendo em vista formato simplificado, tem sido amplamente utilizado para definir linhas de ação e compromissos de cooperação
- ✓ Protocolo - o termo tem sido usado nas mais diversas acepções tanto no âmbito bilateral como multilateral. Designa acordos menos formais que os tratados, ou acordos complementares de um tratado ou convenção, ou ainda acordos interpretativos de ato anterior.
- ✓ Convênio interinstitucional. Os convênios interinstitucionais celebrados entre Ministérios agenciam governamentais e outras entidades públicas não são atos internacionais.

³Também conhecidos como “guarda-chuva”, estabelecem marco geral de cooperação, devendo ser complementados por instrumentos posteriores, como os ajustes complementares por instrumentos posteriores, como os ajustes complementam seus amplos dispositivos no plano concreto. Esses tipos de acordos definem o arcabouço institucional que passará a orientar a execução da cooperação.

1.2 Teorias das Migrações Internacionais

A emigração hoje vista pelos muitos estudiosos, como um problema sociológico, segundo as autoras Elisa Sasaki e Gláucia de oliveira (2000) ⁴ devido ao fato de os Estados Unidos ser um país de receptor de milhões de emigrantes de diferentes nacionalidades. Diante disso abordarei, seguindo essas autoras as teorias de migração internacionais, que são elas: teorias que enfatizaram os processos de integração social e assimilação cultural dos emigrantes, migração como problemas sociológicos, a economia da emigração, redes sociais e a migração como processo transnacional.

1.2.1 Migração como problema sociológico

Segundo essas autoras Elisa Sasaki e Gláucia de oliveira (2000), o tema migração não foi um tema relevante para os estudiosos sociológicos na virada do século XIX para XX. Mas que ao analisar os clássicos – Malthus, Marx, Durkheim e Weber –, pode-se ver que a migração era analisada enquanto consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo, assim como os processos de industrialização e urbanização. Isto devido ao declínio das comunidades rurais e a criação de culturas heterogêneas e cosmopolitas que levaram a emigração e a luta para emprego em outras cidades de ambientes diferentes. Para confirmar e demonstrar este argumento, as autoras, demonstra como os autores clássicos da sociologia abordaram a questão da migração:

Segundo Malthus, a emigração era vista como consequência inevitável da superprodução. Emigrar para outro novo mundo, talvez até desconhecido, possibilitasse um espaço às migrações temporárias para fugir do ciclo da pobreza e miséria. E este pensamento vem da sua concepção de que a população crescia em ordem geométrica, enquanto a capacidade de gerar tecnologias crescia em ordem aritmética.

Já Marx, discordava de Malthus, cuja visão ele considerava reacionária, pois apontava para a inevitabilidade e/ou naturalidade da pobreza. Marx culpava empreendedores

⁴ Dotoras em Ciências Sociais, IFCH-UNICAMP.

capitalistas, que abaixavam os salários para maximizar seus ganhos. Ao examinar os efeitos das mudanças econômicas e políticas na França, Irlanda e Escócia, Marx deu ênfase à cumplicidade dos governos e dos militares na coerção de camponeses e pequenos proprietários para a migração, através de movimentos de cercamento (enclausures), autorização de partida e assistência estatal aos movimentos de emigração.

Para Durkheim, a emigração é um dos fatores de quebra das comunidades tradicionais pelos laços de solidariedade mecânica. E que a transição para a solidariedade orgânica, baseada numa divisão social de trabalho e interdependência econômica era frequentemente acompanhada pela anomia, ou o colapso do sistema de valores comuns que resultava em uma desintegração social, que, por sua vez, poderia levar as conseqüências patológicas. Tais conseqüências incluíam crime, suicídio e conflito de grupo.

Já Marx Weber percebia a emigração de forma menos definida. Assim como Marx e Durkheim, Weber concentrou-se nas conseqüências da industrialização e crescimento do capitalismo. Weber dizia que a emigração era um fator incidental, criando novas classes sociais e grupos de status étnicos.

Para as autoras, na visão desses autores clássicos, a emigração era analisada como conseqüência do desenvolvimento do capitalismo, que, por sua vez, dá-se através da industrialização, urbanização e mobilização populacional. Sendo assim a migração é uma preocupação secundária para estes autores, naquele contexto.

No entanto, no início do século XX, os sociólogos americanos foram levados a colocar a emigração como um problema, devido à mobilização populacional da Europa para os países do novo mundo, mais precisamente Estados Unidos. Essa mobilização populacional é resultado do crescimento naqueles países, e levou da um intenso debate político nos Estados Unidos, sobre tudo em vista a preocupação emergente nesse país como constituição da sociedade frente à presença de imigração. Debate este que segundo as autoras ainda hoje é bastantes polêmicas, (Elisa Sasaki e Gláucia de Oliveira, 2000).

1.2.2 A economia da migração

Segundo Elisa Sasaki e Gláucia de Oliveira (2000) dentre as abordagens econômicas, preocupação neoclássica enfatiza que a migração internacional de trabalhadores é causada pelas diferenças de taxas saláris entre países, ou seja, muitos emigram porque sabem que no outro país eles ganharão, ou receberão um salário mais alto do que no país residente. Para os neoclássicos os mercados de trabalho são outros, como financeiro, por exemplo, mecanismos primários pelos quais os fluxos internacionais são induzidos, isto é, eles defendem a teoria do equilíbrio de renda e emprego de diferentes países. Para os neoclássicos, os migrantes calculam o custo e benefício da experiência migratória, e é isso o que influencia nas suas decisões. Uma vez que a migração é entendida aqui como simples somatório de indivíduos que se movem em função da renda. Para os neoclássicos o sucesso do migrante se dá pela educação, experiência de trabalho, domínio da língua da sociedade hospedeira, tempo de permanência no destino e outros elementos do capital humano.

Segundo as autoras, nos anos mais recentes, os novos economistas da migração têm contribuído para desafiar muitas hipóteses e conclusões da teoria neoclássica. A principal contribuição dessa nova abordagem é que entendem que as decisões migratórias não são tomadas de forma individual, mas sim por um agrupamento ou unidades maiores de pessoas relacionadas-tipicamente famílias ou domicílios nos quais as pessoas agem coletivamente. Não apenas para maximizar a renda esperada, mas também para maximizar e afrouxar os constrangimentos associados a uma variedade de mercados de trabalhos. Os modelos teóricos que crescem nessa linha dos “novos economistas” da migração baseiam-se em conjuntos muito diferentes de prescrições políticas.

Os novos economistas apontam os limites das proposições neoclássicas. Eles levantaram alguns pontos que os autores resumiram como segue: a unidade de análise não seria o indivíduo autônomo, mas sim, as famílias, domicílios ou outras entidades de produção e consumo culturalmente definidas; que o diferencial de renda não é uma condição necessária para ocorrer à migração internacional, uma vez que podem contar com incentivo para diversificar os riscos através de redes sociais; a migração internacional, emprego e produção local não são mutuamente possibilidades exclusivas, as políticas governamentais ocasionam mudanças econômicas que afetam a distribuição de renda podendo influenciar a migração internacional independentemente de seus efeitos sobre a renda.

Tem outra abordagem, a dos estudos do funcionamento do mercado de trabalho. Estes foram feitos nos EUA, dividindo-se em duas perspectivas diferentes sobre a inserção e o desempenho dos imigrantes.

A primeira abordagem seria a dos teóricos da segmentação e a segunda seriam os teóricos do capital humano.

Os principais argumentos dos teóricos do capital humano seriam que os emigrantes ilegais têm acesso aos bens e serviços assistenciais do welfare americano, o que penaliza os orçamentos de alguns estados como Flórida e Califórnia. No âmbito do mercado de trabalho, estes imigrantes com baixa qualificação são acusados de tirar os empregos dos nativos e rebaixar os salários das regiões ou cidades onde se concentram. E esses teóricos acham que a política imigratória deve priorizar a entrada e a permanência de imigrantes com melhor qualificação, a fim de atingir um sistema econômico mais produtivo.

Os teóricos da segmentação, diferentemente da perspectiva anterior, argumentam que haverá uma complementaridade entre o imigrante e o nativo quanto à locação de mercados de trabalho. Esses dois grupos de trabalhadores atenderiam as diferentes oportunidades de empregos e mercado de trabalho, primário e o secundário em dois estratos: o mercado de trabalho primário e o secundário. O primário caracteriza-se por requerer alta qualificação, melhores salários e possibilidades de ascensão hierarquizada e estão presentes nas grandes empresas capitalistas. O secundário frequentemente oferece baixos salários, alta rotatividade, baixa qualificação e poucas possibilidades de ascensão hierárquica. Este mercado secundário seria ocupado por trabalhadores migrantes, mulheres e jovens. Nesse sentido, os teóricos da segmentação argumentam ao contrário dos teóricos do capital humano, que os emigrantes não concorrem com os nativos pelo emprego, (Elisa Sasaki e Gláucia de Oliveira, 2000).

1.2.3 Redes sociais

Segundo Elisa Sasaki e Gláucia de Oliveira (2000), esta síntese das abordagens teóricas sobre a migração internacional demonstra a necessidade de se problematizar as análises que se restringem os aspectos econômicos nos quais os emigrantes parecem indivíduos que agem desconectados de relações sociais. Apontando para a importância de se analisar as redes sociais no processo migratório.

Segundo as autoras, a utilização das redes sociais não é uma novidade na pesquisa sobre a migração. Nos anos 70, estudiosos analisaram os processos de redes de migração e o papel que parentes e amigos desempenham no fornecimento de informações e auxílio no processo migratório. No entanto os padrões de migração recentes e novos conceitos da migração concentraram mais interesses na importância da família, amigos e origem comum que sustentam essas redes. E que nesse sentido, as migrações recentes resultariam também de um momento de desenvolvimento das redes sociais, mais do que apenas decorrência de crises econômicas.

Segundo Massey (1990) as redes migratórias compõem um conjunto de redes sociais que ligam comunidades de origem a específicos pontos de destinos nas sociedades receptoras. Tais laços unem emigrantes e não emigrantes em uma complexa teia de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais que são mantidas por quadros informais de expectativas mútuas e comportamentos predeterminados.

Já para Tilly (1990) as redes migram e as categorias permanecem e as redes criam novas categorias. As unidades efetivas da migração não são nem individuais nem domiciliares, mas sim conjuntos de pessoas ligadas por laços de amizade, parentesco e experiência de trabalho, que incorporam o país de destino nas alternativas de mobilidade por eles consideradas.

1.2.4 A migração como processo transnacional

Para abordar os novos fluxos migratórios, surgiu a adoção de transnacionalização como um novo campo analítico para a compreensão da migração. Esse conceito foi formulado a partir de pesquisas com vários grupos de emigrantes para os EUA: caribenhos, haitianos e filipinos.

Embora na literatura sobre migração ocorressem algumas descrições e caracterização no sentido de transnacionalização, estes estudos, por estarem centrados na sociedade hospedeira e na inserção do emigrante na mesma, não constituíram uma abordagem para o estudo de fenômeno.

Dentro desse enfoque, procura-se sintetizar algumas características dos migrantes transnacionais: os migrantes mantêm ligações com família na sua terra natal; não estabelecem

residências permanentes na sociedade hospedeira, as pessoas retornam para viver em seus países em algum momento de suas vidas; estão em mobilidade ascendente.

Partindo dessa característica pode-se dizer que o conceito de transnacionalização possui três premissas centrais: primeira seria o problema dos limites da unidade social, a segunda é que a experiência emigrante transnacional está inexoravelmente ligada às condições do capitalismo global, e a terceira é que a existência do emigrante transnacional coloca-nos para reconceitualizar as categoriais de nacionalismo, etnicidade e raça.

Transnacionalismo é ao mesmo tempo um produto do capitalismo e contribui para a expansão deste sugerindo que se poderia situar a migração no contexto de transformação de classe. O que implicaria reconhecer que a produção e reprodução de classe não é simplesmente um fenômeno socioeconômico, mas também um fenômeno político cultural (Elisa Sasaki e Gláucia de Oliveira, 2000).

1.3 Contexto Internacional Migratório

Em nível mundial, o fenômeno migratório assume uma relevância caracterizada, essencialmente, por um intenso agravamento das condições econômicas em que vive a maioria da população em todo o planeta. Hoje em dia, não existe no mundo nenhum país que não tenha e está sendo afetado pela migração internacional. Segundo o Cesár Monteiro (2003), de acordo com os dados divulgados pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), nº 02 da sua Revista publicada em março de 2003, constata-se que, no limiar do século XXI, 1(um) habitante do planeta em cada 35 (trinta e cinco) é um migração internacional.

Segundo Cesár Monteiro (2003) essa mesma fonte oficial, estima-se que o número de total de migrantes internacionais atinja cerca de 175 milhões de pessoas (2,9%) da população mundial, dos quais 48% constituídos por mulheres. Para o autor relativamente à sua distribuição mundial, o quadro estatístico apresenta-se-nos em 2000, do seguinte modo: Europa, 56,1 milhões de imigrantes; Ásia, 49,7 milhões; América Latina e Caribe 5,9 milhões de pessoas (1,1 % da população). Assim, um dos destinos privilegiados dessa migração é a Europa, devido às melhores condições econômicas que oferece, mas também em virtude das relações históricas que, ao longo de séculos, foi estabelecendo com os mais variados povos.

Assiste-se a um processo de globalização e mundialização de vida, devido ao desenvolvimento verificado nas relações econômicas, nos transportes e nas comunicações. Segundo César Monteiro (2003) a profundas mudanças na economia globalizada, num contexto complexo caracterizado pela incerteza, imprevisibilidade e elevada competitividade, que se reflete numa maior preocupação com o que acontece em diversas partes do mundo. Esse autor vai mais ao fundo dizendo que hoje, mais do que nunca, são visíveis os efeitos da globalização, numa época marcada por intensos e significativos fluxos de migrações de homens e mulheres de uns países para outros.

Segundo César Monteiro (2003) ao debruçarem-se sobre o fenômeno associativo em contextos migratórios, esses investigadores portugueses da área, concluíram que:

“a tendência de globalização política que se vive atualmente ao nível do espaço político da união europeia, torna-se também visível nas redes transnacionais que vão nascendo. Mas, onde essa influencia se faz sentir com maior intensidade é ao nível dos projetos que essas associações desenvolvem no âmbito de programas europeus” (Rosana Albuquerque, Lígia Évora e Telma Viegas, 2000)

Com a entrada em vigor da Convenção de Aplicação do acordo de Schengen, em 1995 e das alterações, os números de emigrantes sofreram um acelerado e contínuo crescimento nos países receptores de mão-de-obra cabo-verdiana. Isso porque com o visto Schengen fica mais fácil entrar na Europa uma vez que, com esse visto, as pessoas poderão entrar em todos os países que fazem parte da União Europeia, já os emigrantes aproveitam para pegar visto, por exemplo, para ir Portugal e dali vão para os outros lugares mais propriamente outros países. (César Monteiro, 2003)

«As migrações são o resultado do desenvolvimento económico e social, podem contribuir para um maior desenvolvimento e para a melhoria das condições económicas e sociais; mas podem também ajudar a promover a estagnação e a desigualdade» (Castles, 2005).

1.4 Breve História da Emigração Cabo-Verdiana

Segundo Júlio Rosanroch (2008), os inúmeros problemas que afligem este povo resultam em grande parte da “descontinuidade do território”, repartindo por ilhas habitadas, diversas entre si do ponto de vista orográfico e da constituição dos solos.

No que concerne às causas da migração cabo-verdiana, são elas: as econômicas, as históricas, e as psicológicas.

São causas econômicas diretas e indiretas quando se refere à estrutura socioeconômica, como fatores de ordem social e de ordem econômica. As migrações provocadas pelas secas frequentes resultantes da irregularidade e/ou escassez de chuvas que provocam a falta de gêneros de primeira necessidade; a pressão demográfica, aquela que se processa em consequência da ruptura do equilíbrio.

As causas históricas incluem os fatores históricos propriamente ditos, incluem-se nestes também os que derivam da influência exercida entre os insulares pelos emigrantes históricos (pioneiros) e/ou os seus descendentes. Nomeadamente, em relação às correntes e redes migratórias (que se iniciaram antes da independência de Cabo Verde) distribuídas para os mais variados pontos da terra para simplificar, por três fases, até a altura da independência.

Segundo Júlio Rosanroch (2008) existe três fases da emigração cabo-verdiana: a primeira que vai de 1900 a 1920, que é orientada principalmente para os Estados Unidos, segundo os registros de 1900⁵, através da caça de baleia. O deslocamento das ilhas para o estrangeiro, nessas primeiras décadas, estava condicionado à detenção de passaportes ou de outros documentos equivalentes, e em particular a partir de 1842, os navios mercantes só podiam circular mediante um passaporte chamado passaporte nacional.

O passaporte era uma forma das autoridades exercerem algumas formas de fiscalização. Contudo, por uma ou outra, algumas pessoas deslocam-se das ilhas indocumentadas. Não havia grande controle nem na entrada, nem na saída das ilhas, ou seja, o controle não era muito rigoroso. Já Antonio Carreira (1997) ⁶, acrescenta que a causa dessas

⁵ Segundo António CARREIRA, obra citada, 1977, p. 84.

⁶ Obra citada, 1977, p. 85.

migrações seria a miséria e a deficiente condição de vida nas ilhas, mas particularmente a tremenda crise de subsistência derivada da prolongada estiagem de 1890-1903, que culminou com a fome de 1903-1904.

A moderna emigração cabo-verdiana tem início nos primeiros anos do XX, (1900). Os registros estatísticos apontam como principais países de destinos: Estados Unidos, Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Dakar, Gâmbia, Lisboa, Açores Madeira, Guiné, Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, entre outros países.

Durante o período intermediário (entre a primeira e a segunda fase), de 1921 a 1926, a emigração deve ter sido substancial, embora não existem dados relativos a esse período, tudo indica que os volumes aumentaram, principalmente em direção a Guiné Bissau e Dakar, (Senegal) e da Gâmbia. Todavia existia a típica migração clandestina usando os veleiros que faziam ligação das ilhas com essa rota.

A segunda fase da migração cabo-verdiana decorre de 1927 a 1945 e demonstra duas tendências: uma de baixa sensível média anual de saídas; e um nítido desvio da emigração para Estados Unidos provocada, em partes pelas leis americanas de 1919, 1924, e 1928, impeditivas da entrada naquele país.

Nesse período a fome de 1921-22 e a grande depressão mundial de 1929, que provocou mortes, influenciaram na emigração. Por um lado aceleraram a emigração limitando as saídas. Este era retardada pela carência de navios de longo curso, complicando o abastecimento das ilhas, mas também pelos dispositivos restritos do Decreto de 1914 e 1916, bem como a miséria e a fome.

Diante desse panorama, o governo afrouxou a fiscalização da emigração ou procurou mesmo iniciá-la indiretamente, receando a repetição de nova crise de fome, liberalizando as saídas com destino a Dakar e aos “países ou Coloniais estrangeiras”, na Portaria nº146 e na nº 247, de 18 de junho de 1928.

Nesse período, a partir de 1927, a emigração cabo-verdiana orienta-se acentuadamente para a rota da América do Sul, nomeadamente, Brasil (Rio de Janeiro e Santos), Argentina, Uruguai, Chile, rota esta que mantinha desde os anos 1900 em diante.

A terceira fase da emigração cabo-verdiana decorre de 1946 a 1973. Esta é chamada de grande êxodo, na medida em que, apesar do rigoroso condicionamento da emigração legal, é uma fase marcada por grandes incrementos de saída, e uma espetacular viragem de orientação dos destinos dos emigrantes que, com dificuldades, obtinham passaporte, com preferência para os países europeus: primeiramente, para Holanda, e depois para Portugal, França, Luxemburgo, Itália, Suíça, etc.

Surgiu o aumento crescente da emigração para a Holanda (Roterdão e arredores), umas vezes diretamente, outras através de Portugal e outras viam Dakar-Gambia, superando a queda das saídas para os Estados Unidos. As rotas de emigração para Portugal e Dakar eram utilizadas quer pelos os que aí se fixaram, com certa permanência, quer pelos os que se servia de Portugal e de Dakar como escala e apoio, com vista a seguirem, depois, para França, Holanda, entre outros países da Europa e para os Estados Unidos (Júlio Rosanroch, 2008).

O cabo-verdiano já nasceu emigrante, ou seja, a emigração é um dos fenômenos mais antigos e estáveis da sociedade cabo-verdiana, antecedendo em muitas décadas a independência do país que ocorreu em 1975⁷. Neste sentido, cabo verde seja talvez o único estado que já nasceu transnacionalizado⁸. Uma nação que no momento da criação do estado já estava dispersa por um conjunto de territórios.

A emigração é um fenômeno tão estrutural à formação da nação cabo-verdiana que obriga a recuar no tempo, do início do século até ao século XV, à descoberta ou achamento de Cabo Verde aproximadamente em 1460⁹, uma vez que, desde então, a emigração tem se tornado para o povo cabo-verdiano, como se diz em Cabo Verde, “a janela alternativa à porta que Deus fechou”.

“A emigração cabo-verdiana, primeiramente, foi uma imigração forçada, através da escravatura e, no segundo momento, a emigração espontânea, a partir dos séculos XVIII-XIX, como recurso para colmatar as privações sentidas pelos habitantes de Sahel” (Pedro Góis, 2006)

⁷ Cabo Verde, ex-colônia Portuguesa, tornou-se independente a 5 de julho de 1975, depois de uma longa luta armada comandada por Amílcar Cabral.

⁸ Transnacionalismo segundo Basch (1994:7) refere-se aos processos pelos quais os imigrantes fabricam e sustentam relações sociais multientrelaçadas que unem as suas sociedades de origem e do destino.

⁹ Cabo Verde foi achado em 1460 pelos navegadores espanhóis Antônio da Noli, e Diogo Afonso a serviço dos portugueses.

1.4.1 A diáspora cabo-verdiana

Pode-se dizer que a emigração é um fenômeno que está desde sempre ligada à história de Cabo Verde. Mas foi a partir de meados do século XX que ela se transformou num importante fator de desenvolvimento, pela procura de trabalho e envio de remessas que foram fundamentais, sobretudo nas épocas de estiagens.

As principais causas da emigração foram secas e escassez de colheitas que provocaram a decadência econômica e, à medida que se tornavam mais frequentes, contribuíram para aprofundar a ruptura do equilíbrio ecológico e para a queda da produção agrícola, as crises internacionais, as guerras mundiais que provocaram um quase abandono pela metrópole e guerras de libertação colonial. As décadas do meio século foram particularmente atingidas, sendo precisamente neste período que a emigração começou a transformar-se num movimento de relativa amplitude (Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades – item, Política Externa – Migrações e Comunidades, 2009).

Levando em conta a classificação defendida por Robin Cohen (1997)¹⁰, que ele fala um pouco do que seria a própria diáspora, ou seja, do porquê da designação diáspora. Para ele é evidente que a emigração forçada cabo-verdiana no seio de um sistema escravocrata, que decorreu do século XV a meados do século XIX, deve ser conceitualizada como uma diáspora de um tipo específico em que os cabo-verdianos surgem enquadrados no grupo genérico e multiétnico dos africanos.

Assim na seqüência desse período iniciam-se duas formas diferentes de fluxos migratórios que substanciam, conjuntamente, dois tipos diferentes de diáspora.

Num primeiro tipo (século XIX e parte do século XX), inserida numa lógica colonial, desenvolve-se uma migração de cabo-verdianos no interior do império colonial português, para Brasil, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Timor, Guiné-Bissau e Portugal que, se tomada a rigor consubstanciaria uma diáspora do tipo imperial/colonial. Em seguida, contudo, dá-se início de forma espontânea uma migração transatlântica, sobretudo para os EUA. Nessa seqüência deste primeiro destino da emigração laboral cabo-verdiano outro local emerge, designadamente na Europa e América do Sul completando uma multipolarização dos locais de atração da emigrante cabo-verdiana, ou seja, segundo o autor, o conceito de diáspora

¹⁰ É professor de estudos de desenvolvimento e diretor de institutos da migração internacional, na universidade de Oxford, na Inglaterra

é eficaz para descrever a dispersão geográfica de indivíduos pertencentes a uma mesma nação, grupo étnico ou comunidades religiosas em determinadas circunstâncias históricas - sociais.

Mas que, no entanto, este conceito, pelo seu hermetismo e rigidez, não permite abranger todas as dimensões e dinâmicas de migrações cabo-verdianas. Constituídas, por um lado, por um conjunto de migrações contemporâneas com redes migratórias ainda ativas e, por outro, de migração de redes passadas (de linha inativas de rede), mas cuja memória e efeitos sociais ainda perdura (Pedro Góis, 2006).

Capítulo II - Relações diplomáticas entre Cabo Verde e os países receptores de emigrantes no setor de emigração: acordos e convenções.

2.1. Caracterização da comunidade cabo-verdiana em Portugal

Para começar a analisar e falar um pouco das comunidades cabo-verdianas no exterior nomeadamente esses três países do qual se pode considerar importante falar, uma vez que elas são consideradas por alguns autores como sendo os países (Portugal, Holanda, França) do qual possui maior concentração de emigrantes.

Para isso, começo a analisar a comunidade cabo-verdiana em Portugal, iniciando por uma pequena caracterização dessa comunidade,¹¹ do qual ocupada em segundo lugar, onde tem maior concentração de emigrantes cabo-verdianos, e assim seguindo, sem esquecer-se de destacar sempre os fatos relevantes para análise.

Portugal é o segundo país depois dos Estados Unidos que ocupa o papel de receptor de diáspora cabo-verdiana. Esta comunidade residente em Portugal, apesar de numerosa (acredita-se que os números reais serão o dobro dos atuais números oficiais de imigrantes cabo-verdianos legalizados), é visível aquela que apresenta um estatuto socioeconômico mais baixo, principalmente devido às suas baixas qualificações em termos profissionais.

Segundo Júlio Santos Rocha (2003)¹², levando em conta os cabo-verdianos residentes em Portugal, a partir de síntese de várias fontes demográficas estima-se que o número de cabo-verdianos residentes naquele país é acima de 85000 indivíduos. Num estudo publicado em maio de 1999, de caracterização. Os dados da embaixada, de 16 de julho de 2003 apresentam 105.342 mil inscritos na sessão consular. Mas esses dados não são exatos, uma vez que nem todos os emigrantes comunicam a embaixada ao mudarem de país, ou seja, quando saem do seu país de origem, as pessoas não comunicam à embaixada que eles mudaram de país. Segundo o autor, de acordo com os dados dos serviços de Emigração e Fronteiras (SEF) de Portugal encontram-se nesse país 46 656 mil cabo-verdianos dos quais 6872 estão a aguardar a autorização de residência no quadro do processo de Regulação Extraordinária de Imigrantes de 1996.

¹¹ Comunidade cabo-verdiana em Portugal.

¹² Técnico superior de instituto das comunidades na Praia, Cabo Verde.

De acordo com o inquérito realizado, no âmbito do Estudo da caracterização da Comunidade Cabo-verdiana¹³, ela se encontra localizada principalmente na zona metropolitana de Lisboa onde se encontram cerca de 90% dos residentes em Portugal. Sendo os conselhos de Amadora, Lisboa, Lourdes e Oeiras os mais populosos. Fora dessa área também se pode encontrar cabo-verdianos na região de Algarves, o Porto, e os conselhos de Santiago do Cacém e Sines.

Quanto à estrutura etária e sexual, de acordo com o Estudo de Caracterização da Comunidade Cabo-verdiana¹⁴, essa comunidade é bastante e relativamente jovem tendo cerca de 75% dos indivíduos idade inferior a 40 anos. A percentagem de indivíduos com idade inferior a 14 anos é de 25,5% e de indivíduos com idade superior a 65 anos é de 2,2. A maioria dos cabo-verdianos residentes em Portugal encontra-se em idade ativa dado que cerca de metade do total possui entre 15 e 39 anos.

O estudo mostra que percentagem da população ativa (15-64 anos) é de 72,45. A paridade entre os sexos é quase completa, sendo a população masculina ligeiramente mais numerosa constituindo 51,2% contra 48,8% da população feminina. Isso devido a uma elevada taxa de reunificação familiar, como também, certa paridade em termos do gênero nos nascimentos.¹⁵

A maioria da comunidade, 50% dos indivíduos, tem nacionalidade cabo-verdiana e 42,4% tem nacionalidade portuguesa, os restantes constituindo 6,9% outras de nacionalidades. Dentre a população os que detêm tanto a nacionalidade cabo-verdiana constituem cerca de 40% da população e os que detêm tanto a naturalidade e nacionalidade portuguesa constituem cerca de 29% da comunidade (Estudo de Caracterização)¹⁶. A percentagem dos indivíduos originários de Cabo verde residentes em Portugal é cerca de 57,9%, com destaques para a ilha de Santiago donde são originários 34,4% do total. (páginas 4 á 8 do relatório sobre comunidades cabo-verdiana em Portugal, 2003).

¹³ Obra citada, Maio de 1999

¹⁴ Obra citada, Maio de 1999.

¹⁵ Obra citada Maio de 1999

¹⁶ Obra citada Maio de 1999

2.1.1 O mercado do trabalho

A maioria dos cabo-verdianos que emigram para Portugal vai ali com intuito de trabalhar. Como depois da independência de Cabo Verde muitos deles ganharam o passaporte português, estes aproveitaram a ida para Portugal para se deslocarem e instalarem-nos em outros países da Europa Ocidental. Mas a maioria permaneceu no território português, a metrópole onde ingressaram nas fileiras de construção civil. As mulheres, chegadas mais tarde, sobretudo no quadro de reagrupamento familiar, vão trabalhar no setor de limpeza ou como empregadas domésticas. Uma minoria dos cabo-verdianos a mercê de dupla nacionalidade trabalham hoje na função pública e em setores de saúde e o ensino

A mão-de-obra cabo-verdiana foi, sobretudo, utilizada nas grandes obras em Lisboa como a construção da rede metropolitana de Lisboa (extensão entre as estações Sete Rios - Colégio Militar e Alvalade - Campo Grande) e os estaleiros navais de Lisnave.

Os cabo-verdianos trabalham de igual modo no sul de Portugal, designadamente na edificação do parque industrial de Sines e na construção de Hotéis no Algarves, e mais tarde, na construção de estradas e pontes por todos os países. (WWW.comunidade cabo-verdiana em Portugal).

Segundo Júlio Santos (2003)¹⁷ é normal nos filhos dos cabo-verdianos o conceito de estudante-trabalhador, ou seja, embora continuem a estudar, ingressam na vida ativa como trabalhadores em part-time. Nomeadamente nos supermercados e hipermercados, nos estabelecimentos comerciais de venda a atacado, MC Donalds, nas pizzarias, nas bijuterias, nos Cafés, restaurantes, nos cinemas e centros comerciais, mas também nas discotecas, entre outros centros de lazer.

Estes são jovens particularmente que se encontram na frequência escolar entre a 9ª e o 12ª ano. A tendência é se ingressarem paulatinamente no mercado de trabalho à medida que vão se aproximando da conclusão do 12ª ano de escolaridade para continuarem nos estudos universitários (sabe-se que a maioria dos filhos de emigrantes cabo-verdianos residentes em Portugal não possui curso superior).

¹⁷ “Considera-se Santo Rocha, Júlio, os modos de vida das gerações de descendentes de origem cabo-verdiana nascidas em Portugal, Relatório Portugal apresentado no IV Congresso de Quadros Cabo-verdianos da diáspora as segundas Gerações”, Maio de 2002.

2.2 Relações diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal no setor de emigração - Contextualizando cooperação governamental entre Cabo Verde e Portugal

A relação bilateral entre Portugal e Cabo Verde até 1995, foi através dos programas de cooperação elaborados nas sessões de comissão mista, que se desdobravam em programas executivos também bienais. A partir de 1995, com a realização da XI Comissão Mista, esses programas passaram a ser trienais. A partir de 1999, a cooperação entre os dois países passou-se a reger pelo PIC (Plano de Indicativo de Cooperação), com uma vigência plurianual, ou seja, de três anos, tendo por base as prioridades definidas pelo Governo de Cabo Verde no Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza (DECPR), conjugadas com os princípios e estratégias da política de cooperação portuguesa para o desenvolvimento.

O eixo prioritário tem sido a Valorização de Recursos Humanos (setores da Educação, da Formação Profissional, e Qualificação de Quadros, e da capacitação institucional e assistências técnicas); justiça (formação de magistrados e de médicos legais); apoio à criação de infra-estruturas básicas, ordenamentos do território e recuperação do património; comunidade social (RTC), INFORPRESS), Administração Interna (Política Nacional), construção civil e obras pública (laboratório de Engenharia Civil-LEC; saúde (instalação de serviços de hemodiálise e de oncologia, Centro de tele-medicina, evacuações médicas); projetos, desenvolvimentos sócios complementares tais como: Linha de Financiamento de Pequenos Projetos; Desenvolvimento Sócio Comunitário das Ilhas de Santiago (Praia e São Domingos), de Santo Antão, de S. Vicente e do Fogo; e emigração e comunidades (site. página. MNEC.doc)

As relações diplomáticas entre esses dois países no setor de emigração se baseiam essencialmente nas relações bilaterais e Convenção de Segurança Social.

2.2.1 Convenção/acordos de segurança social

“De acordo com o decreto número 6/2001, é substituída a convenção sobre a segurança social entre o governo de Cabo Verde e o Governo de república de Portugal de 5 de julho de 1985, assinada na cidade da Praia aos dez dias de abril de 2001” (Júlio Santos, 2000).

A presente convenção aplica-se em Portugal

- a) O acordo aplica-se ao regime de Segurança Social no que respeita às pensões na doença, maternidade, doenças de trabalho, desemprego, invalidez, velhice, morte e encargos familiares, incluindo as pensões previstas pelo regime do seguro social feito por cada cabo-verdiano se estiverem interessados no tipo seguro.
- b) O acordo aplica-se ao regime de reparação dos danos causados por acidentes de trabalho aos trabalhadores de Cabo Verde que estão em Portugal.
- c) O acordo aplica-se aos regimes especiais a certas categorias de trabalhadores no que respeita ao trabalho em que a pessoa está inscrita na data do pedido das pensões; ou teria direito a pensão se residisse no território da parte que fez o contrato de Cabo Verde onde se situa essa empresa.
- d) O acordo aplica-se às pessoas que não pagam o seguro social no que tange à pensão social por invalidez, por velhice, bem como a pensão por viuvez e ao subsídio da assistência aos familiares do segurado.

O acordo aplica-se ao sistema de saúde, ou seja, todos os emigrantes de Cabo Verde que trabalham em Portugal têm direito a assistência médica e medicamentos.

A presente convenção não se aplica:

- A) Aos regimes dos funcionários públicos ou pessoal equipado.
- B) Aos regimes dos cooperantes estabelecidos em legislação ou acordos especiais.

Admissão ao seguro voluntária (por vontade própria).

O cabo-verdiano residente em Portugal apenas é admitido ao seguro voluntário (seguro não obrigatório), se não se encontrar obrigatoriamente incluí num acordo de segurança social nos termos da lei de Cabo Verde ou de Portugal.

Supressão das cláusulas de residência

1) As pensões em dinheiro por invalidez, velhice ou morte, as pensões e rendas por acidentes de trabalho ou doença de trabalho e as pensões familiares adquiridas pelo trabalhador, mesmo que mora no território de Cabo Verde.

O pagamento será feito a partir do momento em que o interessado fizer o contato com o Instituto Nacional de Previdência Social de Cabo Verde (INPS), e preencher um documento próprio (formulário), referente a cada prestação.

2) As pensões previstas não podem sofrer qualquer diminuição, suspensão ou supressão pelo fato de o interessado residir na outra parte contratante (Cabo Verde ou Portugal).

3) As prestações previstas pelo BA legislação são pegas aos nacionais da outra parte que residem no território de um terceiro Estado, ou seja, num outro país que não seja em Portugal nem Cabo Verde, nas mesmas condições, através dos acordos estabelecidos entre Portugal e o outro país na área de segurança social.

Residência fora do território do estado competente (Estado que paga as pensões)

1) O trabalhador que resida no território da parte que fez o contrato que não seja o estado que paga as pensões e que preenche as condições exigidas pela lei deste estado para ter direito às pensões, beneficia-se com essas pensões no país onde mora.

2) Quanto à pessoa a que se refere no número 1 que careça de cuidados de saúde que não podem ser dispensados em serviços ou estabelecimentos de saúde do país de residência, cabe à instituição competente, nos termos da legislação que aplica a concessão dos referidos cuidados. Neste caso o doente pode ser enviado para outro

país, onde será prestada assistência médica e medicamentosa paga pelo estado que fez o contrato, sob orientação do Instituto Nacional de Previdência Social de Cabo Verde (INPS) (relatório sobre comunidade cabo-verdiano em Portugal, elaborado por Julio Santos rocha, 2003 p. 9,10.

3) O disposto nos números 1 e 2, aplica-se aos membros de família do trabalhador, ou seja, a esposa e os filhos menores.

Regresso para o Estado da naturalidade

1) O trabalhador admitido das pensões a cargo da instituição de uma parte contratante conserva este direito nos termos do presente acordo, quando regressar ao território em que residia ou transferir a residência para o território parte de que é natural.

2) Todavia antes do regresso ou da transferência, o trabalhador deve obter autorização da instituição que paga as pensões, que só poderá recuá-lo se considerar que a deslocação compromete o seu estado de saúde ou de continuação do tratamento médico.

3) O disposto no número 1 aplica-se aos membros da família do trabalhador, à esposa e aos filhos menores.

Regra geral

As pessoas que exercem uma atividade profissional no território de uma parte contratante estão sujeitas à legislação dessa parte mesmo que residem ou que a empresa ou entidade patronal que as emprega tenha a sede ou domicílio no território da outra parte. (Relatório sobre comunidade cabo-verdiana em Portugal, elaborado por Julio Santos rocha, 2003, páginas 9, 10, e 11).

É importante ressaltar que dá para verificar que existe um aprofundamento de laços de cooperação bilaterais entre Cabo Verde e Portugal e que tem a ver com a cidadania lusófona que por sinal deverá evoluir, na base de reciprocidade, no sentido do reconhecimento aos cidadãos cabo-verdianos de mais direitos políticos. Para além dos que já se verificam em

nível do poder local, e que poderão, querendo-se, traduzir-se na participação ativa e passiva nas eleições legislativas. (José Leitão, 2000).

No que respeita às principais medidas legislativas que se têm tomado ao longo deste período, surgiu a lei da nacionalidade portuguesa, que foi regulamentada em 1982. Passados nove anos, em 1991 foi criado o secretariado coordenador dos Programas de Educação Multilateral, uma iniciativa do Ministério da Educação. Em 1992 surgiu o primeiro processo de legalização extraordinário de emigrantes clandestinos e em 93 foi criado um novo regime de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiro.

Em 1997 é alterado o regulamento da lei de nacionalidade e no ano seguinte é regulamentado o trabalho estrangeiro em Portugal, assim com o regime de entrada, saída, permanência e afastamento de estrangeiro no território português. E finalmente em 2000, o governo é autorizado a alterar o regime.

Cabo Verde pretende, no âmbito da emigração, estabelecer um acordo com Portugal regular, aos semelhantes dos que já tem com Espanha e França, no âmbito do entendimento de mobilidade assinado com a União Europeia. Acordo este que se baseia na ideia de rever a emigração, mas com iniciativa de campos, um gabinete de apoio à emigração, do qual foi aberto pelo governo português em janeiro de 2008. E este acordo regular tem por objetivo melhor promover a integração dos emigrantes naquele país (tema do qual será tratado no capítulo 3) e também a clandestinidade.

2.3- Caracterização da comunidade cabo-verdiana na Holanda: a dimensão histórica e sociocultural da presença dos Cabo-verdianos na Holanda

Segundo Júlio Santos Rocha (2003), a emigração cabo-verdiana para a Holanda pode ser enquadrada na terceira fase da emigração cabo-verdiana, que se situa entre 1946 a 1973. A qual é chamada de grande êxodo, na medida em que, constitui rigoroso condicionamento da emigração legal. É uma fase marcada por grandes saídas, e uma espetacular viragem de orientação dos destinos dos emigrantes (antes virados para a África e Américas), que com

dificuldades, obtinham passaporte com preferência para os países europeus: primeiramente, para Holanda, e depois para Portugal, França, Luxemburgo, Itália, Suíça, etc.¹⁸

Surgiu o aumento crescente da emigração cabo-verdiana para a Holanda (Roterdão e arredores), umas vezes diretamente, outras através de Portugal e outras via Dacar-Gambia, superando a queda de saída para os Estados Unidos.

Podem-se distinguir duas fases da emigração cabo-verdiana para a Holanda. A primeira fase considerada transitória fora constituída praticamente só por “homens do mar”, como também pessoas das zonas rurais e geralmente pouco qualificadas a nível escolar. Em vários estudos caracteriza-se como homem de “pouca qualificação profissional”.

A segunda fase que se inicia com a tomada de decisão dos cabo-verdianos de se fixar residência nas terras dos países baixos, em que o cabo-verdiano inicia o processo de reunificação familiar e, por sua vez, os filhos, que vieram fortalecer a rede migratória e a fixação geográfica. Os homens mandam buscar para junto de si as mulheres e, por sua vez, os filhos, que vieram fortalecer a rede migratória e a fixação geográfica. Fase essa marcada a partir dos finais dos anos 70.

O estudo de Antonio da Graça (2000) sobre a mesma comunidade nos diz “que a necessidade e o desejo de acumulação de riquezas para um breve regresso a terra mãe são a causa para essa primeira vaga da emigração”¹⁹. Pode-se acrescentar como outras causas impulsionadoras as secas, fomes e dificuldades de vida vividas entre as ilhas.

Quanto à presença feminina, na Holanda teve a sua ponta de saída precisamente nos anos oitenta quando, por exemplo, alguns dados nos dão conta de que no período compreendido entre 1979 e 1985, emigraram de Cabo Verde cerca 6.913 indivíduos, sendo que 2.397 eram homens e 4.516 mulheres, fazendo uma média de 100 mulheres para 50 homens.

¹⁸ Sobretudo, a partir de 1940, a fiscalização da emigração legal passa a ser submetida a um rigoroso controle com entraves diversos dos serviços respectivos, seja pela volumosa documentação e diversidade de papéis exigidos, seja pela intensiva e corrosiva ação da polícia, seja pela moderna técnica de fiscalização, seja pelo controle dos meios de circulação que o regime instituiu. Para além destes, havia a contar com a morosidade na passagem de certidões e de outros documentos, como no deferimento do pedido do passaporte, se assim fora, bem com a centralização desses serviços na sede de governo. A carreira, Migrações nas Ilhas de Cabo Verde, ED. Área das Ciências Humanas e Sociais-Universidade Nova de Lisboa, primeira Edição, 1997, p.105-107.

¹⁹ Graça, Antonio da, A Dinâmica organizativa dos cabo-verdianos na Holanda, in Anais número 4, Midelo, 2000. Citado por Morgan Lima Monteiro, Karl Marx, op. cit. 2003, pp. 3.

Estima-se, segundo as estatísticas holandesas que 19.010 cabo-verdianos residentes legalmente na Holanda desde 19.010 residentes²⁰:

- 11 223 são pessoas que nasceram em Cabo Verde
- 5 930 pessoas que nasceram na Holanda e que ambos os pais nasceram em Cabo Verde.

Nestes incluem-se pessoas cuja mãe nasceu em Cabo Verde e o pai nasceu num outro país estrangeiro. Pessoa cujo pai nasceu em Cabo Verde e mãe, por instancia, nasceu no Suriname²¹, será contada como surinameses.

- 1859 pessoas que nasceram na Holanda e que um dos pais nasceu em Cabo Verde e outro na Holanda.

Estes dados estão em harmonia com outras informações que chegam da Holanda por parte de emigrantes e personalidades privilegiados, bem como por parte de investigadores.

“O numero de cabo-verdianos (originários e descendentes) na Holanda oscila por volta dos 19000, incluindo 2000 em situação de ilegalidade. A maioria concentra-se em Roterdão (16000) e Zaadam, Amsterdam e Delfzijlb Alberjem cerca de 2000. Também em Dem Haag Schidam existe um pequeno núcleo”²².

Quanto é estrutura etária, 45% da população cabo-verdiana têm menos de 25 anos, 16% situa-se na faixa etária dos 25-34 anos; 19% na de 35-44 anos; 11% na de 45-54 anos; 7% na de 55-64 anos e 2% tem de 65 anos e mais.

Os cabo-verdianos na Holanda contam oficialmente com cerca de 20.000 indivíduos, sendo que aproximadamente 15.000 concentram-se na cidade portuária de Roterdão. A maioria dos cabo-verdianos encontra-se concentrada em Roterdão, cerca de 16.000. Tanto que “costumam dizer que Roterdão é a décima primeira ilha de Cabo Verde”. De norte a sul de Holanda podem-se encontrar os cabo-verdianos por todos os lados.

Quanto à nacionalidade e naturalidade, segundo Júlio Santos Rocha (2003), não existe números exato de cabo-verdianos. Uma vez que, antes da independência, a maioria deles

²⁰ Estatística Holandeses, citado por Carting, Jorgen, The cape Verdean community in the Netherlans, in WWW.Dragoeiro.com, 2003.

²¹ Antiga colônia da Holanda.

²² Andrade, Elisa, op. cit, Praia, Julho de 2003, PP.18 Dados estimados por Nhelas, Líder comunitário, emigrante cabo-verdiano na Holanda.

tinha nacionalidade portuguesa e com o andar dos tempos a maioria optou-se pela nacionalidade holandesa.

Calcula-se que 90% dos cabo-verdianos na Holanda estão em posse de nacionalidade holandesa. Muitos cabo-verdianos na Holanda são marítimos e, estes estão na posse de um passaporte português que lhes permitem atravessar as fronteiras na Europa com menos dificuldades, que o passaporte cabo-verdiano (que tem menos problema de visto).

Os dados estatísticos de 1993 mostram que, depois de oriundos de Suriname (antiga colônia da Holanda), os cabo-verdianos são os que mais se acenderam à nacionalidade holandesa entre os cinco maiores grupos de estrangeiros residentes em Roterdão. O número de homens cabo-verdianos em Roterdão era de 5.900 e as mulheres 6.131 legais. Um dos indicativos desta diferença é talvez o fato de muitas mulheres terem emigrado sozinhas e terem, depois, legalizada a sua situação através de “um casamento fictício” esses casamentos tornaram-se impossíveis nestes últimos tempos, em virtude de leis contra tais casamentos.

Quanto à língua falada entre os cabo-verdianos na Holanda é expressa por uma mistura de pelo menos três: Holandês, Crioulo e Português. O Holandês constitui um grande obstáculo para muitos cabo-verdianos que chegam à Holanda. Segundo os dados atuais 40% deles nasceram na Holanda e, portanto, estes aprenderam como qualquer holandês, desde criança a falar holandês, e falam bem o holandês com os cabo-verdianos.

O crioulo²³ é a língua de união da comunidade, usada nas relações sociais e culturais entre cabo-verdianos. Por isso muitos deles insistem em ensinar os seus filhos o crioulo para preservar a relação com a terra.

O português é uma língua marginal, (embora seja a língua oficial cabo-verdiana), isso é porque o crioulo não tem sido usado vulgarmente no dia-a-dia, somente os nascidos em Cabo Verde ou em Portugal que já tinha aprendido o português que á usa, mas isso é pela pequena minoria.

“Os descendentes cabo-verdianos geralmente falam o crioulo o que é facilitado não só pelo convívio familiar, e outros que possam existir entre os emigrantes da primeira e segunda geração, mas também pelas diversas manifestações sócio-culturais entre os jovens. (Júlio Santos, 2003)”

²³ É a língua materna falada no dia-a-dia pelos cabo-verdianos em Cabo Verde e na diáspora.

2.3.1 O mercado de trabalho

Os primeiros cabo-verdianos em Roterdão estavam, sobretudo ligados às atividades marítimas. Essa centralidade das atividades marítimas é pelo simples fato de eles residirem geograficamente nas áreas próximas do porto.

No entanto, contingências ligadas à evolução da economia Holandesa levaram a que muitos destes cabo-verdianos se vissem na necessidade de procurar outro tipo de emprego. Devido, nomeadamente, a fatores como uma diminuição da necessidade de trabalho não qualificado e/ou à crescente automatização, uma escassez de trabalho para pessoal desqualificado surge nos anos 80 em Roterdão. Ao mesmo tempo, os processos de reestruturação da marinha mercante holandesa levam ao despedimento de muitos cabo-verdianos por troca com tripulantes de origens ainda mais longínquas. Estas contingências não afastam, contudo todos os cabo-verdianos de atividades ligados ao mar (nem podia fazer uma cidade em que o emprego ligado ao mar concentra uma percentagem de empregos disponíveis) (Pedro Goiás, 2006).

Como se refere acima, de início a totalidade dos cabo-verdianos se encontrava diretamente ou indiretamente ligada ao porto ou à atividade correlacionada, hoje os cabo-verdianos emigrantes e descendentes inserem-se numa grande diversidade de setores laborais, desempenhos profissionais vários, ainda que quase todas ligadas à prestação de serviços.

Já as mulheres trabalham na limpeza, os homens nas atividades portuários navios, portos, atividades ligadas aos navios.

Para além dessas profissões, muitos cabo-verdianos de Roterdão são hoje motoristas de transporte coletivo, pequenos comerciantes, empregados em empresas prestadoras de serviços, operários fabris, operários da construção civil, ou pequenos empresários em todos esses setores etc. A segunda geração por seu turno encontra já outro tipo de trabalho para além desses. O domínio da língua e uma melhor integração permitem a promoção de trabalho no setor de comércio e de serviços que constata com o público. Encontram-se cabo-verdianos empregados em balcão de lojas, em bancos ou seguradoras, como quadros intermédio de empresas, como funcionários do estado, das autarquias, nos serviços de segurança e políticas etc. (Pires, 1997)

Apesar de a cidade de Roterdão ter sofrido uma espécie de desindustrialização, à semelhança de outras cidades da Europa, a comunidade cabo-verdiana não sofreu muito em

relação às outras comunidades, tanto que a taxa de desemprego dos cabo-verdianos nunca foram tão elevadas. A taxa da atividade era, no final dos anos 90, de 67% para os homens e 48% para as mulheres cabo-verdianas em Roterdão. De entre os cabo-verdianos que procuram trabalho 57% possuem uma educação muito baixa, 9.3% possuem diploma “mbo”. ”havo” ou “vwo” e 0.89% um “HBO” ou “wo”, isto é segundo autor. São qualificações baixas num questionário administrado em 1995, 67% dos cabo-verdianos têm um emprego remunerado, valor muito acima da média holandesa (42.7%) (Pedro Góis, 2006).

2.4 Relações diplomáticas entre Cabo Verde e Holanda no setor de emigração - Contextualizando a cooperação governamental entre Cabo Verde e Holanda

A cooperação holandesa para o desenvolvimento se baseia em fatores humanos (sociais, econômicos e políticos) e naturais tais como: luta contra pobreza, democracia, justiça e respeito pelos direitos humanos; luta contra a discriminação da mulher, desenvolvimento econômico sustentável e proteção do meio ambiente, tendo como objetivo geral a eliminação da pobreza e conflitos no mundo.

Com o objetivo de ajudar a promover o aumento do nível de vida dos cabo-verdianos, a independência econômica e a cooperação entre esses dois países, está voltado agora mais para o desenvolvimento dos recursos humanos, reforço institucional e exploração durável dos recursos humanos. Levando em conta a qualidade de política de desenvolvimento do governo de Cabo Verde, o governo holandês foi o primeiro, que a nível bilateral, forneceu, nesta nova fase, a ajuda orçamental. É importante ressaltar que desde 2003 que o governo holandês tem fornecido Ajuda Orçamental, contínua e geral.

Mas devido ao processo de graduação de Cabo Verde da categoria dos Países Menos Avançados, foi tomada a decisão de alterar a filosofia de cooperação entre ambos. Voltada agora mais para a cooperação econômico-empresarial, ligada aos programas PSOM e ORET (agora transformada em ORIO - Development Related Infrastructure Facility).

Por outro lado, é de referir o apoio, quer político, quer financeiro, que a Holanda disponibilizou a Cabo Verde, no âmbito do processo da Parceria Especial²⁴ entre Cabo Verde e União Europeia (páginas 9 e 10 do site página MNEC.doc).

2.4.1 Convenções/Acordos Segurança Social entre Cabo Verde e o Reino dos Países Baixos:

- a) Convenção sobre a Segurança Social entre a República de Cabo Verde e o Reino dos Países Baixos, assinado em 18/11/1998.
- b) Acordo administrativo relativo às modalidades de aplicação da Convenção de Segurança Social entre república de Cabo Verde e o Reino dos Países Baixos assinado em Haia, aos 18/11/1981.
- c) Acordo administrativo (18/12/1981), relativo às modalidades de aplicação da Convenção de Segurança Social de 1981, assinado em 23/01/1995, (PRT/07/95).
- d) Convenção entre República de Cabo Verde e o Reino dos Países Baixos relativas à Revisão da Convenção da Segurança Social de 1981, assinado em 23/01/1995, publicado em 24/02/1997, Dec. n.º. 3/97 (BO n.º7) entrou em vigor em 01-04-1997, (PRT/10/97).
- e) Acordo Administrativo relativo às modalidades de Aplicação da Convenção entre República de Cabo Verde e o Reino dos Países Baixos, publicado em 27/01/1997, Dec. n.º. 1/97(Bom. 3).
- (f) Convenção com vista á revisão da Convenção de Segurança Social, assinado em 22/05/2000.

2.5 História e caracterização da comunidade cabo-verdiana na França

A presença dos cabo-verdianos na França vem de dezenas de anos atrás²⁵. Mas foi a partir dos finais dos anos 50, que houve um desenvolvimento dos recursos legais de trabalho

²⁴ É uma parceria, proposta por União Europeia (EU) a fim de reforçar suas relações com Cabo Verde no âmbito do Acordo de Cotonu. Esta parceria centra-se- á, nomeadamente, na cooperação a nível político e nos domínios da segurança, da integração regional, da sociedade do conhecimento e da luta contra pobreza.

²⁵ O Relatório da Embaixada de Cabo Verde em Paris, de 07 de Fevereiro de 2003 destaca a presença de Cabo-verdianos atraídos pelo fascínio daquela cidade desde o século XIX, sublinhando como exemplos: o famoso químico Roberto Duarte Silva sepultado no cemitério de Montparnasse, desde 1886, e, que a Embaixada prestou-lhe homenagem Póstuma, por ocasião das comemorações da Independência Nacional; e estudantes

em direção à França e a outros países da Europa. E, muitos deles aproveitaram para emigrar diretamente de Cabo Verde ou, a partir de países como Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Holanda, Senegal, etc.

Antonio Carreira (1997) enquadrou o destino para a França na terceira fase da emigração cabo-verdiana, que ocorre de 1946 a 1973. Esta é chamada de grande êxodo. Na medida em que, apesar do rigoroso condicionamento da emigração ilegal, é uma fase marcada por grandes incrementos de saídas, e uma espetacular viragem de orientação dos destinos dos emigrantes que, com dificuldade, obtinham passaporte com preferência para os países europeus: primeiramente para a Holanda, e depois para Portugal, França, Luxemburgo, Itália, Suíça, etc.

O fluxo migratório na França aumentou nos anos 60 e particularmente, a partir dos anos 70, provenientes de Dakar, Lisboa e Roterdão empregando-se nas minas de carvão e nas usinas siderúrgicas de Muselle (alsácia/Lorena). Mas também como operários na construção civil, no caso dos homens, porém, as mulheres empregam-se nos trabalhos de serviços domésticos e apoio domiciliário.

Já na França, os emigrantes estabeleceram bases de uma cadeia migratória que adquiriu uma expressão significativa no panorama das relações migratórias em França (e arredores) e Cabo Verde após a independência. E que, por sua vez, ao longo dos tempos, chamaram para junto de si muitos outros cabo-verdianos por meio de reagrupamentos familiares, mas também influenciaram outros a migrar para esse país. Hoje em dia já se podem enumerar gerações de Cabo Verde que nasceram e cresceram em território francês (Júlio Santos, 2003 Relatório, p. 2).

Quanto à população estimava-se que o número de cabo-verdianos residentes em França 15 a 17.000 indivíduos, em 1989²⁶ (a partir da síntese de várias fontes demográficas).

De acordo com os dados de IAIP, de janeiro de 1998, havia cerca de 25.000 cabo-verdianos em França, distribuídos por Paris (12.000), Marseille (6.000) Nice (5.000) e León (2.000). A maioria dos indivíduos são originários da Ilha de Santiago, Santo Antão e São

como Júlio José Dias, que se formou em Medicina na Sorbonne em 1930, e que, por ter cedido a sua mansão para instalar o Seminário – liceu de S. Nicolau ficou conhecido como mecenas.

²⁶ J.D.Dielh, P. Duchemin, L. Fornese & M.Lesourd, *Cap-Vert – Emigration Internationale et transfer des émigrés – Rapport de phase I*, Paris, République Du Cap Vert – Ministère Du Plan ET de La Cooperation – SEDES, 1989, p.23.

Vicente. Os registros estimados levam a calcular que a comunidade residente naquele país é a segunda maior na Europa depois de Portugal.

Já o relatório da embaixada de Cabo Verde naquele país, de 07 de fevereiro de 2007, aponta uma estimativa “por alto”, para mais de 30.000 cabo-verdianos residentes em todo o território francês.

Na França eles se concentraram nas zonas urbanas e fortemente industrializadas de Paris. Mas se certifica que não existe uma estatística exata que contabiliza os números de cabo-verdianos em França.²⁷

O documento de embaixada de fevereiro de 2003, conclui que, mesmo levando em conta o grande número de indocumentados (emigrantes ilegais) as estatísticas existentes nos serviços administrativos franceses pecam por defeito.

“Surpreende com os números quando, por exemplo, em 1990, o Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos (INEE) Francês contou apenas 7.240 cabo-verdianos a residir em França, que ao somar com os ilegais seria um total estimado entre 15 a 17 mil cabo-verdianos” (Júlio Santos, relatório sobre comunidade cabo-verdianas na França, p. 3).

No entanto a embaixada de Cabo Verde na França tem por opinião que deviam acrescentar os registros anteriores a essa data e que emigração cabo-verdiana aumentou nos anos 80, o que faz a embaixada discordar dos dados e, principalmente, do total de 4.268 que foram avançados pelo Ministério Francês em 1997.

Sendo assim a embaixada avança com 17.942 cabo-verdianos inscritos na Embaixada até a data de cinco de fevereiro de 2003, mas que, no entanto está longe de corresponder à população total. É importante admitir que a maioria das comunidades residentes tenha nacionalidade cabo-verdiana (Júlio Santos, 2003).

²⁷ As autoridades francesas privilegiam políticas de direito comum, não tratam de frações específicas das populações estrangeiras ou de emigrantes isolados (de pessoas naturalizadas ou de filhos dos estrangeiros nascidos em solo francês). Este fato contribui para dificultar os indicadores sociológicos que nos permitam melhorar a população cabo-verdiana em França (Vieira Francine).

2.5.1 O mercado do trabalho

Na França assim como vários países da Europa, os cabo-verdianos se encontram a trabalhar nas construções civis, e as mulheres como domésticas. Elas também trabalham nas escolas, creches. Também se encontra os jovens trabalhadores que estudam e trabalham ao mesmo tempo, mas isso acontece normalmente com os jovens que emigram já crescidos. Para os que nasceram na França, normalmente não estudam; há uns baixos índices de escolaridade, daí muitos optam por trabalhar.

Encontram-se cabo-verdianos a trabalhar como secretário, engenheiro civil, embora com a crise, o mercado de trabalho ficou um pouco difícil, mas há ainda emprego, o desemprego não atingiu muito a comunidade cabo-verdiana, residente naquele país.

2.6 Relações diplomáticas entre Cabo Verde e França no setor de emigração - contextualizando cooperação governamental entre Cabo Verde e França

Cabo verde, apesar de não ser um país francófono, tem-se beneficiado das mesmas condições que os países de concentração da ajuda francófona.

A partir do final dos anos 80, a erosão de que padecia a cooperação franco- cabo verdiano tornou urgente e inadiável, a necessidade de imprimir uma nova dinâmica nessa cooperação.

A realização das 8ª comissão Mista em 1993 permitiu criar as condições para reavivar essa cooperação, com uma diversificação das áreas de intervenção. Das quais podemos assinalar o apoio ao desenvolvimento econômico com base na iniciativa privada, os recursos humanos (educação e cultura) e a evolução do papel do estado, (que determinou projetos ligados à infra-estrutura de transportes aéreos e marítimos, descentralização, administração econômica e financeira do estado, e saúde).

Mas, é com a realização da 9ª comissão Mista em 1997, que a cooperação franco-cabo-verdiana ganha um novo dinamismo, com uma maior previsibilidade, concentração e evolução em termos absolutos. Foram definidos os principais eixos para os anos subsequentes: descentralização (apoio institucional aos Municípios e desenvolvimento urbano), água, energia, saneamento, ensino, e difusão da língua francesa.

As ações de cooperação com a França em 2008 desenvolveram a volta de atividades ligadas a projetos, tais como projeto de **Linha de crédito aos Municípios Cabo-verdianos** para financiamento de projetos de municípios em diversos setores.

Não menos importante temos a **cooperação descentralizada**; desde 1993, a cooperação francesa intervém na reforma da administração e a descentralização. Em setembro de 2003 iniciava-se um novo projeto Apoio à descentralização e com duas componentes: (i) assegurar o apoio institucional no quadro da transferência de competências do Estado para as coletividades locais e (ii) reforçar as capacidades dos Municípios por forma a assumirem as novas competências que advêm do processo descentralizado.

Os principais parceiros do projeto eram a Direção Geral da Administração Local (DGAL) e a Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV) as atividades do projeto foram concluídas em dezembro de 2005. (site. pagina. MNEC.Doc)

Assim como Portugal e Holanda, as relações diplomáticas entre Cabo Verde e França no setor de emigração se baseiam nas relações bilaterais e convenção de segurança social.

2.6.1 Relações bilaterais e convenções de segurança social

Portanto nas relações bilaterais e convenção de segurança social existe:

- a) Convenção geral entre o governo da República de Cabo Verde e a República Francesa sobre a segurança social, assinado em 15/01/1980;
- b) Acordo administrativo relativo às modalidades de aplicação da Convenção Geral de Segurança Social celebrada em 15/01/1980;

Expulsão do território Francês

Art.22

(Lei nº 90-34 de 10 de janeiro de 1990, art.1)

O estrangeiro que foi objeto de uma decisão da prefeitura de ser colocado na fronteira pode, de acordo com a (lei nº98-349 de 11 de maio de 1998, art.15-1) “lei Francesa” pode ser

executada num período de 48 horas, quando notificado por via administrativa ou nos sete dias quando notificado por via postal.

Contudo o estrangeiro pode pedir ao Presidente do Tribunal Administrativo ou a seu delegado a anulação da decisão. Este com a ajuda do intérprete e de todos os documentos contendo as peças, sobre a base que a decisão foi tomada, analisará e concluirá a favor ou contra a expulsão.

Se a decisão de reconduzir à fronteira é anulada, é imediatamente concluída a medida de vigilância prevista no art.35 (lei n 81-973 de 29 de outubro de 1981, art.7) e o estrangeiro recebe uma autorização provisória de estada até que a prefeitura resolva definitivamente o caso.

Art. 23

(Lei nº 81-973, de 29 de outubro de 1981, art. 59)

A expulsão só pode ser efetuada se a presença do individuo constituir uma ameaça grave de ordem pública ao território francês;

Não pode fazer parte da decisão de expulsão; em aplicação do art. 23

- O estrangeiro menor de 18 anos;
- O estrangeiro que obteve a nacionalidade por ter casado com francês ou francesa;
- O estrangeiro que justificar a sua residência na França durante 10 a 15 anos;
- O estrangeiro em que o estado de saúde precisa de cuidados médicos;

Art.26

(Lei nº90-34, de 10 de janeiro de 1990, art.20).

A decisão de expulsão pode ser concretizada se o cidadão não contestar diante do Presidente do Tribunal Administrativo ou seu delegado, no prazo previsto no artigo 22, e que não foi objeto de anulação na primeira instância.

Reagrupamento Familiar

Art.29

(Lei nº 93-1027, de 24 de outubro de 1993, art. 23)

Ao tratar de estrangeiro, a lei n 98-349, de 11 de maio de 1998, art. 21.1 prevê que após um ano de permanência regular, pode pedir em benefício do seu direito a ser reencontrado com a sua família, seu conjugue e filhos menores de 18 anos.

O reagrupamento familiar não pode ser recusado pelos motivos seguintes:

- 1- Se o pedido não justificar os recursos estabelecidos e suficientes para satisfazer as necessidades das famílias. São tomados em contas os recursos de pedidos e do conjugue independentemente da prestação familiar A insuficiência dos recursos não pode motivar uma recusa, se não superiores ao salário mínimo.
- 2- Se o alojamento não tiver as condições normais desejadas de uma família vivendo na França, constitui uma ameaça à ordem publica;

Podem ser excluído do Reagrupamento familiar:

- 1- Um membro da família cujo sua presença em França constitui uma ameaça a ordem pública;
- 2- Um membro da família atingida por uma doença inscrita no regulamento sanitário internacional;
- 3- Um membro da família residente no território francês.

Capítulo III- Política do governo de Cabo Verde para o setor de emigração e comunidades: o papel da cooperação

A política governamental para o setor da emigração e comunidades é executada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades através, nomeadamente, da sua Direção Geral das Migrações, Comunidades e Serviços Consulares e do Instituto das Comunidades (Cesár Monteiro, 2003).

A presença e a existência de largos milhares de emigrantes cabo-verdianos em diversos países²⁸, que no seu total, é superior ao número de residentes em Cabo Verde²⁹, dão à diáspora cabo-verdiana um peso importante no presente e no futuro do arquipélago. Toma-se como exemplo o simples fato de que entre 1975 e 1985, as remessas de emigrantes e ajudas externas ao desenvolvimento permitiram investimentos em domínio tão importantes e essenciais como água, o reflorestamento e a abertura de estradas.

Um número significativo de emigrantes fixados na Europa é constituído por cidadãos com dupla nacionalidade³⁰. Citado por José Leitão (2000), 80% dos cabo-verdianos instalados nos Países Baixos são holandeses e 40% dos residentes em Portugal são portugueses³¹. Obviamente, a presença significativa de comunidades de emigrantes em diversos estados membros da União Europeia, em particular produz uma contínua presença cultural cabo-verdiana, que se manifesta não apenas através de redes ligadas às próprias comunidades. Como também engendra laços culturais com as sociedades de estabelecimentos, contribuindo para a diversificação e densificação das redes de relações internacionais com estas últimas.

É importante ressaltar que a presença significativa de diáspora cabo-verdiana particularmente em vários países da Europa está na origem, em muitos casos, de relações privilegiadas de cooperação entre os estados-membros da União Europeia e Cabo Verde.

²⁸ As maiores comunidades de cabo-verdianos no exterior encontram-se nos Estados Unidos da América e Portugal, ambos os países de democracias de mercado. Uma sondagem de opinião pública sobre a democracia e os mercados em Cabo Verde divulga recentemente pela Afrobarometer reconhece que “o contacto com emigrantes ajuda a avaliar as formas que a difusão dos valores democráticos e de mercados influencia o apoio dos cabo-verdianos à democracia e à economia de mercado e prevê que o contata com emigrantes aumenta a probabilidade de apoios á democracia e aos mercados (2003:47)

²⁹ Esta realidade confere a Cabo Verde uma singularidade, entre os países africanos.

³⁰ Para além da cabo-verdiana, esses cidadãos possuem já uma das nacionalidades dos Estados Membros da União Europeia, sendo, assim, titulares da cidadania europeia.

³¹ De acordo com os dados fornecidos pelos serviços de Estrangeiros e Fronteiras, o número de cidadãos cabo-verdianos residentes em Portugal, que não são simultaneamente cidadãos portugueses, era 59.444, em fins de Novembro de 2002(Leitão, 2002:2).

Sendo de destacar os casos de Portugal, Luxemburgo, França e os Países Baixos, entre outro. Embora a diáspora cabo-verdiana perfilar-se como um dos eixos estruturadores de rede diplomática de Cabo Verde, falta ao país, no entender de Arnaldo Ramos (2002), “o domínio de várias Valências de conhecimento na área das migrações internacionais. O que indica que não se possa falar verdadeiramente, no plano multilateral, de um percurso das relações de Cabo Verde em matéria de emigração, com negociação. Tudo o que existe é do plano bilateral (como podemos constatar no capítulo 2).

As tentativas de negociações entre países receptores e de origem das migrações saldaram-se, por vezes, em diálogo de surdos, como referiram os jornais na recente visita do Ministro Interior Francês à Romênia.

Prosseguindo a análise, questiona Arnaldo Ramos (2002),³² se teriam as diásporas capacidade de contribuir para alteração desde estada de coisas operando de dentro dos dois lados. No caso, por exemplo, da diáspora cabo-verdiana na Europa, considera relativamente recente e caracterizada por uma fraca inserção no meio, pequena dimensão e fraca capacidade econômica e política. A capacidade de influência política é praticamente inexistente e, ao nível da administração, talvez só em Portugal se possa falar, mesmo assim em nível ínfimo.

O acordo de migração temporária surge, assim de forma bem tímida, e a sua implementação ficou tolhida por problemas administrativos.

Consciente da importância da emigração para Cabo Verde dos constrangimentos e limitações, a política dos sucessivos governos constitucionais da República de Cabo Verde, ao longo do tempo tem-se pautado pela materialização de conjuntos de ações e de medidas tendentes à integração da diáspora seja no país de acolhimento, seja no país de partida. Assim, no âmbito da emigração de comunidades os sucessivos governos enviaram esforços no sentido de manter e reforçar os laços das comunidades com Cabo Verde, designadamente, através da preservação e divulgação da cultura cabo-verdiana. Bem como promover com as autoridades dos países de acolhimento a negociação de novos acordos de segurança social de modo a promover melhor proteção aos emigrantes (acordos este falado no capítulo II).

Não obstante a adoção de algumas medidas e a carência dos meios, o certo é que muito mais se poderia ter feito nesse domínio com vista à salvaguarda dos interesses dos emigrantes, enquanto parte integrante da nação e, no mesmo tempo, agente importante para

³² Atual embaixador de Cabo Verde na cidade de Lisboa na Portugal.

enriquecimentos e a divulgação do nosso patrimônio sociocultural, no efetivo exercício do seu direito de cidadania. Contidas no seu programa que permita, por outro lado, uma maior participação dos emigrantes na vida política e econômica nacional e, por outro, promover a sua integração nos países de acolhimentos uma vez que, sendo as comunidades emigradas partes integrantes da Nação cabo-verdiana e elemento de influência da política externa. É importante que se consiga o seu envolvimento ativo na vida política, econômica, social, e cultural do país, inserindo, naturalmente, na perspectiva global do envolvimento nacional.

Perante a contradição existente, a longo prazo, entre uma política ativa de incentivo à emigração, tendo em conta os benefícios imediatos e uma estratégia nacional de desenvolvimento baseada no capital humano. Uma vez considerado o principal recurso do país, diante dos recursos naturais convencionais, impõe que o país resolva o dilema, através da adoção de políticas de estratégias adequadas.

No plano essencialmente econômico, de acordo com as grandes opções do plano, a política para a comunidade emigrada terá em conta a estratégia nacional do desenvolvimento baseada na promoção no setor privado (proteção dos investimentos do emigrante), dos investimentos externos, do turismo, das exportações. Bem como do aproveitamento das vantagens da regionalização e da integração no sistema econômico mundial, através de internacionalização crescente de setores estratégicos da economia nacional. Nessa política de emigração, assente, também, no desenvolvimento do setor produtivo e nas exportações, considerada solução, a longo prazo, para os problemas de desemprego e da balança de pagamentos. Várias são as instituições nacionais que concorrem, designadamente, a Direção Geral das Alfândegas, a Direção Geral do Comércio, TACV, a caixa econômica, o Banco Comercial do Atlântico, e entre outros (todas são instituições cabo-verdianas).

Essa “política que se quer moderna, revolucionária” e adaptada à conturbada conjuntura internacional, deve assentar fortemente num sistema integrador e dinâmico que passe, necessariamente, pelo entrosamento entre Direção Geral das Migrações, Comunidades e Serviços Consulares (DGMCS), o Instituto das Comunidades (IC), em estreita articulação e sintonia com as nossas embaixadas e postos consulares. Contudo, importa referir que o sistema integrado e harmonioso não é exclusivo do MNECC. Portanto a emigração enquanto variável demográfica componente essencial da política externa e fator de desenvolvimento têm outras vertentes ou, e parceiros que concorrem para o seu funcionamento e estabilidade, onde o IC, naturalmente, assume um papel catalisador, dinamizador e “provocador de coisas”.

Defende-se, igualmente, na óptica do sistema integrador, a necessidade de um triângulo Cabo Verde/países de acolhimento/sociedade civil, que funcione e se encontre voltado essencialmente para fora, isto é, para ação das comunidades. Contudo, é necessário um sistema integrador interno/externo baseado numa política que, entre outras funções, faça a ligação harmoniosa e permanente entre PROMX/BANCA/ALFANDEGAS, estreite os laços com a comunidade emigrada, maximize a eficiência da sua contribuição material para o desenvolvimento e fortaleça o seu papel no estreitamento de relações entre Cabo Verde e os países de acolhimento. Mormente numa altura em que o atual modelo de desenvolvimento nacional sustentado na Ajuda Pública ao Desenvolvimento conhece dificuldade e exige uma nova base de crescimento (Cesár Monteiro, 2003).

A presença significativa da diáspora cabo-verdiana em vários países europeus está na base, em muitos casos, de relações privilegiadas de cooperação para o desenvolvimento entre Estados-membros da União Europeia e Cabo Verde. (José Leitão, 2002).

É visível o caso de Portugal, que levou a um grau de cooperação reforçada relativamente a outros países africanos de língua oficial portuguesa e uma parceria estratégica, que teve tradução, por exemplo, na celebração com Cabo Verde do primeiro acordo de Emigração Temporária. Bem como em ter sido o único estado com quem foi celebrado o acordo de Estabilização Económica e Monetária, fator essencial para assegurar a conversibilidade internacional do escudo cabo-verdiano.

Outro Estado da União europeia com França e Luxemburgo mantém uma larga e diversificada cooperação, a que não é alheia a presença significativa e número da diáspora cabo-verdiana.

E isso é reconhecido pelo relatório anual de 1996 da cooperação luxemburguesa, na qual se afirmava que:

“As relações privilegiadas entre Cabo Verde e Luxemburgo e as ilhas de Cabo Verde em matéria de cooperação para o desenvolvimento se explicam entre outras pela presença de uma forte comunidade cabo-verdiana no Luxemburgo que cria laços mais estreitos entre os dois países.”³³.

³³ La cooperacion Luxembourgeosi, Rapoort Annual 1996, Ministère des Affaires Etrangères, Du Commerce Extérieur ET de La coopération, p.45.

A cooperação não é hoje apenas realizada Estado a Estado. É muito importante a cooperação descentralizada, que tem muitas vezes como suporte à geminação entre diferentes municípios europeus e cabo-verdianos. Na grande maioria destes processos a diáspora cabo-verdiana tem papel ativo. No quadro dessa cooperação descentralizada refira-se, por exemplo, a de municípios holandeses com municípios de Santo Antão e a de italianos com municípios do Sal e da Boa Vista.

Há uma área que poderá eventualmente proporcionar ou não novas modalidades de cooperação, potenciando a vontade da diáspora cabo-verdiana em contribuir para o desenvolvimento de Cabo Verde: refere-se o que na Cimeira Européia de Tempere foi designado por co-desenvolvimento. Traduzir-se-ia na possibilidade de, com meios financeiros disponibilizados pela união européia, através da colaboração entre os países de acolhimento e Cabo Verde, se apoiar o investimento da diáspora cabo-verdiana no desenvolvimento do país.

É importante e legítimo admitir que se verifique aprofundamento de laços de cooperação bilaterais, como os que estão em agenda nas relações com Portugal e que têm a ver com a cidadania lusófona. Deverão evoluir, na base de reciprocidade, no sentido do reconhecimento aos cidadãos cabo-verdianos de mais direitos políticos, para além dos que já se verificam em nível do poder local, e que poderão, querendo-se, traduzir na participação ativa e passiva nas eleições legislativas (José Leitão, 2002).

3.1 Políticas do atual governo de Cabo Verde em matéria de emigração segundo Institutos das Comunidades (IC)

“A emigração Cabo-verdiana como parte integrante da Nação, deve ser encarada não apenas numa perspectiva global do desenvolvimento económico do país, reservando-se-lhe um espaço de participação e de existência com os demais concidadãos, mas também enquanto agente importante para o enriquecimento e a divulgação do nosso património sociocultural no efetivo exercício do seu direito de cidadania” (institutos das comunidades – IC, 2009).

Nessa ótica, o Governo propõe empreender ações no sentido de:

- a) Assegurar o cumprimento dos direitos e garantias consagrados na constituição da República de Cabo Verde, nomeadamente através de uma maior participação dos emigrantes na vida política e económica nacional.
- b) Atuar junto das autoridades dos países de acolhimento, nomeadamente pela via de negociação de acordos, no sentido da concessão aos nossos emigrantes de capacidade

- eleitoral ativa e passiva e estimulando a sua participação ativa na vida política local, nomeadamente através das suas organizações associativas.
- c) Melhorar a proteção consular das comunidades no exterior e os serviços de apoio no país, através de uma racionalização de meios, melhoria dos serviços e otimização da ação externa.
 - d) Contribuir para a unidade de coesão da nação cabo-verdiana, quaisquer que sejam as latitudes em que se encontrem os seus filhos estimulando as iniciativas das comunidades, tanto no exterior como em Cabo Verde, capitalizando, assim o grande amor dos cabo-verdianos a sua terra.
 - e) Promover o esforço dos laços das comunidades no exterior com Cabo Verde, por forma com que as novas gerações se identifiquem, cada vez mais, com as suas raízes, favorecendo ações que visem à preservação e a divulgação da cultura cabo-verdiana.
 - f) Apoiar as comunidades cabo-verdianas mais carenciadas, especialmente às residentes em países em situação de crise, privilegiando sempre que possível, a busca de solução de auto-sustentabilidade.
 - g) Incentivar o movimento associativo das comunidades no exterior enquanto fator estratégico e de fundamental importância para a preservação e promoção dos nossos valores culturais, na defesa dos direitos dos cabo-verdianos nos países de acolhimento e no processo de desenvolvimento das nossas ilhas.
 - h) Encorajar e apoiar iniciativas que visem ao aproveitamento das potencialidades de quadros cabo-verdianos residentes no exterior em benefício do país.
 - i) Promover a conclusão e, sempre que necessário, a revisão dos acordos internacionais em especial os que têm repercussão na vida dos cabo-verdianos no exterior.
 - j) Melhorar o ambiente de investimento de modo a favorecer as iniciativas empresariais dos cabo-verdianos residentes no exterior.
 - k) Simplificar a tramitação burocrática a que estão sujeitos ao processo relativos aos emigrantes juntos dos diversos organismos dos estados.
 - l) Procurar vias para encorajar o gozo de férias no país e criar condições do regresso definitivo dos reformados.
 - m) Incentivar e promover pesquisa sobre a emigração e comunidades cabo-verdianas no exterior com vista a uma melhor satisfação dos anseios e preocupações.

- n) Capitalizar a existência da comunidade cabo-verdiana no exterior no sentido de favorecer o reforço e o aprofundamento das relações de amizade entre cabo verde e os receptivos pais de acolhimento, na perspectiva d do reforço da sua participação no âmbito municipal.

Dentro da política nacional para emigração, pode-se dizer que desde a independência de Cabo Verde em 1975, tem havido um reconhecimento crescente do governo de Cabo Verde da importância do papel dos emigrantes no desenvolvimento econômico, cultural e político da nação.

A política governamental para o setor da emigração no plano externo traduz-se na criação de representação diplomáticas, prioritariamente nos países onde sejam significativas as comunidades Cabo-verdianas, no sentido de oferecer ao emigrante a segurança e a assistência necessárias, no seu relacionamento com as autoridades com os países de acolhimento. Mas, devido às limitações econômicas do país, essa filosofia não teve grande sucesso, ou seja, não foi satisfatória ainda. Todavia os sucessivos governos vêm celebrando acordos e convenções no domínio diplomático e consular visando a que as representações de outros países, em regime de reciprocidade, assegurem a proteção dos interesses dos nacionais cabo-verdianos nos países onde ainda não foram criadas representações cabo-verdianas.

Mas por outro lado o governo de Cabo Verde tem mantido diálogo constante e renovado com a comunidade emigrada e melhorias nas condições com vista à participação ativa na vida política do país. Esse diálogo tem sido traduzido em mais informações políticas, econômicas, sociais e culturais de Cabo Verde.

Tem-se exortado os emigrantes para a necessidade imperiosa de respeitarem as leis, normas e os regulamentos dos países de acolhimento. Assim como devem respeitar e participar nas práticas culturais, e, sempre que possível e se as leis lhe permitem participar de forma ativa nas questões políticas dos países de acolhimento sem esquecer a cultura cabo-verdiana.

As autoridades cabo-verdianas têm apelado às associações e às famílias no sentido de priorizarem a promoção da educação e da formação às gerações descendentes, inculcando-lhes a imperiosidade da educação e da formação para o sucesso pessoal, com reflexos na comunidade. (site dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, Cooperação – item, Política Externa – Migração e Comunidades, 2009).

3.2 Medidas adotadas pelo Governo de Cabo Verde no âmbito de melhor promover a integração dos emigrantes cabo-verdianos

Os cabo-verdianos residentes no exterior tem se multiplicado por via de reagrupamento familiar e pelos filhos acolhidos no país de acolhimento. A falta de educação, a negação dos direitos legalmente reconhecidos, a discriminação racial, as dificuldades no acesso à nacionalidade e cidadania, ao emprego e habitação, o não assumir de responsabilidade por partes dos países, das instituições e dos governos têm contribuído para o desenvolvimento de situação de exclusão social, política e cultural. A exclusão e deficiência de integração dos emigrantes têm-se manifestado por diversas formas designadamente relacionados com exploração de mão-de-obra, a fraca capacidade de organização sindical, baixo nível de escolaridade, o difícil acesso à formação universitária, a escassa motivação na construção de projeto de vida, o sentimento de “revolta” em relação à sociedade de acolhimento, atitudes de violência; práticas de crimes leves e graves; consumo e tráfico de drogas e armas. Situações extremas que levam à marginalização muitas vezes ao repatriamento para país de origem (Cabo Verde). Tudo isso é porque os emigrantes não estão se integrando de modo a que todos possam viver e construir a sua vida, e sentirem acolhidos.

Para uma melhor integração dos emigrantes cabo-verdianos no exterior, os sucessivos governos de Cabo Verde têm procurado levar proteção e assistência consular a todos os cidadãos, onde quer que estejam. Assim abriram-se representações diplomáticas e postos consulares em países com maior concentração das comunidades cabo-verdianas, como por exemplo, Estados Unidos da América, Holanda, Portugal, Angola, S. Tomé e Príncipe e Senegal. No entanto essa filosofia não tem sido satisfatória, devido às limitações econômicas do país, uma vez que qualquer representação consular e diplomática de carreira, por menor que seja, implica sempre elevada despesas para o estado. Para suprir isso, o governo tem recorrido a consulados honorários que pouco ou nada representam em termos de gastos para os cofres do tesouro do estado público. Atualmente Cabo Verde conta com cerca de 40 consulados honorários. Apesar de as competências serem limitadas, quer pelos regulamentos do estado que envia, quer pelas leis do estado receptor, essas emigrantes, ao estado de Cabo Verde, porque normalmente a escolha de Cônsul recai sobre uma entidade realmente motivada para defender os interesses de Cabo Verde.

3.3 Acordos/convenções no domínio diplomático consular no âmbito de promover melhor integração dos emigrantes

Os emigrantes cabo-verdianos enfrentam, nos países onde radicam diversas dificuldades quando pretendem obter uma certidão relativa ao seu registro civil, ao que acresce ao fato das distâncias, que por vezes é preciso vencer o tempo perdido e a burocracia existente. Diante disso a embaixada de Cabo Verde em Bruxelas havia proposto á um tempo, a adesão de Cabo Verde à Convenção de Viena na parte relativa à emissão de Certidão Multilíngüe de atos do Registro Civil, de 8 de setembro de 1976, o que veio a ser feito, tendo a mesma sido absorvida pela ordem interna, através do decreto nº1/95, de 29 de maio (B.O. Nº 17, I Serie).

Para proteger a comunidade e, na impossibilidade, por limitações de várias ordens, de se criarem representações consulares diplomáticas em todo país de destino dos emigrantes cabo-verdianos, os sucessivos emigrantes vêm concluindo Acordos/Convenções no domínio diplomático e consular, visando a que representações de outros países, em regime de reciprocidade, assegurando a proteção dos interesses dos nacionais cabo-verdianos nos países onde ainda não foram criadas representações cabo-verdianas.

Não obstante, a atuação do governo nessa rede de cobertura consular, Cabo Verde tem criado Cônsul de Carreira, Seções Cônsul, Cônsul Gerais e Cônsul honorários. Os Cônsules Gerais e os Cônsules de Carreira funcionam de acordo com o estabelecimento na Convenção de Viena sobre relações consulares. Também nessa ótica foi criado o Instituto das Comunidades (IC) que sintetizou um conjunto de programas no âmbito de melhor promover a integração das comunidades cabo-verdianas.

3.4 Integrações das comunidades mais carentes no estrangeiro

Uma vez que a comunidade cabo-verdiana residente nos países africanos é as mais carentes de todas, isso devido, a muitas vezes, á situação estrutural de pobreza dos países onde residem como é o caso de S. Tomé e Príncipe e/ ou é provocada também, e ou mesmo tempo reforçada, por conflitos civis militares no interior desses países (Angola, Moçambique e Guiné Bissau e Costa de Marfim). E tais situações só contribuem em muitos casos para degradar a condição socioeconômica, que por sinal é fraca, de muitos dos membros das comunidades cabo-verdianas nesses países, bem como a desintegração dos agregados

familiares no seio dessas mesmas comunidades, visto que, muitos se tornam vítimas mortais desses conflitos (órfão, viúvos/as fisicamente inválidos), outros são transformados em prisioneiros de guerra, ou se refugiam em outros países, ou ainda são forçados a regressarem a Cabo Verde. Perante tudo isso o IC deu como segundo a prioridade na sua atuação o programa como, por exemplo, programa voz de diáspora e diáspora solidaria.

A falta de informações tem sido também um tipo de “pedra nos sapatos” das políticas dirigidas às comunidades. A pouca informação não tem dado conta da complexidade e das alterações operadas no fenómeno emigratório. Neste contexto o IC tem em curso o programa “informar a Diáspora”, de cujas principais componentes se destacam o programa radiofónico “voz de diáspora; página de internet; guia do emigrante no país de acolhimento; Manual de emigrante de regresso a Cabo Verde; folhetos de informação de protocolos e acordos entre Cabo Verde e outros países; CD de informação-multimídia

Desenvolver parcerias com as associações civis, através das associações também tem sido uma das formas de promover a integração. Uma vez que a parceria com as associações é extrema importância para a estratégia de intervenção do IC

Foi criado o programa com o objetivo de reforçar laços entre os emigrantes de Cabo Verde, especialmente entre as gerações descendentes, com vista à promoção da sua identidade e facilitação dos idosos e dos mais carenciados em programas de férias e execução sem comprometer a sua integração ou as suas possibilidades de integração no país em que estejam radicados.

Devido à situação social precária em que vivem os emigrantes cabo-verdianos no exterior e no intuito de contribuir para melhoria das condições de vida das comunidades em situação de vulnerabilidade, o governo de Cabo Verde criou por Resolução nº71/2001, de 22 de outubro, o Fundo de Solidariedade das Comunidades designada FSC. Cujo principal objetivo é contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades de Cabo Verde, através de financiamento de iniciativas no seio das mesmas. Levando a proteger e assistir os membros das comunidades em situação de vulnerabilidade; promover e incrementar a educação e a formação profissional dos emigrantes e a sua participação no processo de desenvolvimento de Cabo Verde; incrementar o conhecimento, a preservação, a produção, o conhecimento e o desenvolvimento da cultura cabo-verdiana; facilitar o conhecimento da realidade do país e apoiar o associativismo. O Fundo de Solidariedade das Comunidades

dispõe de um orçamento privativo, cujas receitas consulares, dos donativos de entidades públicas e privadas, sejam elas nacionais ou estrangeiras (Cesár Monteiro, Jorge Gonçalves e Álvaro Pereira, 2003).

3.5. Modos de Integração social na Portugal, Holanda e França: associativismo

Tanto em Portugal quanto na França e Holanda, nesses três países os quais analisei no capítulo II, o modo de integração social se dá através de associativismo. Uma vez que, as associações desempenham um papel importante no processo de integração no meio social dos países de acolhimento. E também na promoção da defesa dos interesses e direitos dos nossos compatriotas, que buscam a conquista de uma vida melhor no estrangeiro, pela via do trabalho honesto e abnegado. E tem sido uma fonte catalisadora e defensora da cultura nacional e um importante elo para sua transmissão às jovens gerações, se constituído em autêntica motivadora da cultura, da coesão e da identidade nacionais.

3.5.1 Portugal

As associações cabo-verdianas existentes em Portugal são relativamente recentes, uma vez que as mais antigas foram constituídas na década de 1980. *“Quanto ao estatuto Jurídico verifica-se uma proximidade entre as diversas situações, na medida em que na maioria dos casos trata-se de associações sem fins lucrativos”* (Julio Santos, 2003).

Os objetivos das associações variam consoante a sua localização e os problemas locais. Mas segundo Santos (2003) a maioria tem o objetivo de atingir os jovens. As associações que se localizam nos bairros de maioria cabo-verdianos têm objetivos semelhantes ao passo que outro tipo de associação. Sem uma ligação territorial específica, apresentam uma maior diversificação nos seus objetivos.

Ainda, dentro das associações de bairro, distinguem-se as associações cabo-verdianas que visam mais especificamente apoiar a comunidade, podendo apoiar ainda um estrato específico, como os jovens e as associações de moradores que têm como objetivos a melhoria das condições de vida no bairro ou conselho. E essas associações desenvolvem diversas formas de trabalho, sendo, no entanto, essencialmente de ordem social e cultural. Apoio na resolução de problemas administrativos e de saneamento básico, funcionamento como grupo

de pressão junto das autoridades autárquicas, realizadas de atividades musicais, culturais e desportivas.

As associações criadas por estudantes ou os que exercem determinadas profissões e os seus objetivos vão de acordo com os interesses do grupo que representa.

E há outras associações com objetivos mais abrangentes, não representam grupos específicos dentro da comunidade em Portugal, tais como contribuir para a organização do movimento associativo no seio da comunidade, preservar e divulgar a cultura cabo-verdiana. Trata-se de dois tipos de associações: as de carácter cultural e os grupos de pressão junto das autoridades políticas.

Por fim os objetivos contemplam, ainda, projetos culturais para a divulgação da história, literatura, migração, turismo e músicas de Cabo Verde.

2.5.2. Holanda

“A comunidade cabo-verdiana na Holanda manifesta-se ativa ainda que estigmatizada de emigrantes calados ou silenciosos” (Julio Santos, 2003).

Stichting Avançaço (Fundação Avançaço) herdeira da extinta FOOCR (Federação das Organizações cabo-verdianas de Roterdão) tem a pretensão de ser o organismo aglutinado e participativo dos cabo-verdianos em nível do apoio e facilidade do seu processo integrativo na Holanda. Procura através de outras instituições chegar aos políticos para a questão que possam afetar a comunidade trabalha também com associação juvenil cabo-verdianos, que incentiva e apóia os jovens, principalmente ligados à vida estudantil. Para os idosos faz um trabalho concreto, conjuntamente com a CTS (Centro de Cuidados de Saúde Transcultural) na ajuda e assistência social.

Podem-se destacar alguns projetos de avanços como: o projeto juntos no mesmo caminho, que pretende que entre os jovens e os velhos haja uma maior participação e ajuda mútua. O objetivo que muitos dos assuntos considerados tabus sejam trazidos à tona. Tentar também evitar choques de gerações, mas também fazer com que os jovens tenham maior conhecimento de Cabo Verde através de maior conhecimento de história e cultura de Cabo Verde através dos mais velhos.

O outro projeto, o qual Santo (2003) chama de “megalômano projeto do Avanço”, é criação da casa cabo-verdiana da cultura na Holanda. Do qual se pretenderá através de exposições musicológicas e outras atividades culturais na história do povo das ilhas não venha a ser esquecida pelos seus filhos que vão nascendo no solo holandês.

3.5.3 França

O movimento associativo dos cabo-verdianos residentes na França é dinâmico, em comparação com as associações das outras populações de origem estrangeira.

Normalmente as associações nascem de modo formal, somente depois de existência informal. Nesse caso deve-se dar uma atenção especial a grupos informais, que se reúnem para tratar determinadas questões, porque pode desencadear potenciais estruturas associativas com a sua organização formalizada.

Os objetivos das associações variam consoante a sua localização e os seus problemas. Como se tem verificado nos outros países. Mas a maioria tem nos seus objetivos atingir os jovens e a relação entre os cabo-verdianos, os franceses e outras nacionalidades, bem como, a relação com Cabo Verde.

Os objetivos das associações concretizam-se, ainda, facilitando a penetração dos serviços governamentais e da embaixada nos meios cabo-verdianos participante em trabalhos de interesses coletivo, por exemplo, entre outros.

O recenseamento numérico da comunidade cabo-verdiana, recenseamento eleitoral, processos de regulamentação extra-ordinário zelou pelo acesso às autoridades autarquias em benefício dos seus membros. Congregam as pessoas com atividades lúdicas, culturais e reacritiava, desenvolvimento de ações cívicas e de solidariedade com pessoas carenciadas em Cabo Verde, enviando colheita, donativo (roupas, medicamentos, matérias de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e matérias escolares, etc.).

Em fim as políticas adotadas pelo governo de cabo verde tanto para o setor de emigração tanto para a integração dos emigrantes, de uma maneira geral vem contribuindo de forma benéfica, ajudando cada vez mais os emigrantes a se integrar nas sociedades receptoras. Mas é preciso também que o governo de Cabo Verde continua a se preocupar cada

vez mais com a integração dos emigrantes, procurando afirmar acordos e convenções, e principalmente investir na cooperação descentralizada.

As associações têm desempenhado um papel importante dentro das comunidades emigradas de uma forma geral, dá pra ver que o governo de Cabo Verde tem reconhecimento disso, e isso é já um bom começo, uma vez que essas associações facilitam a parceria entre Cabo Verde e países receptores.

Capítulo IV- Impactos de remessas dos emigrantes no desenvolvimento econômico e social de Cabo Verde

Não é enganoso o fato de que a economia cabo-verdiana desenvolveu-se muito desde o final da década de 90. Isso foi graças às significativas remessas financeiras enviadas para o país o que, segundo Banco de Cabo Verde representava, em 2002, 30 por cento da massa monetária cabo-verdiana.

No ano de 2002, as remessas dos emigrantes somaram 8.103 milhões de escudos cabo-verdianos (ECV) (aproximadamente 8.10 dólares), e a poupança cerca de 1,5 milhões de ECV (aproximadamente 1.50 dólares).

A existência de muitos cabo-verdianos no exterior, que no seu total, é superior ao número de residentes em Cabo Verde deixa bem clara, a importância que as poupanças enviadas por esses emigrantes assumem no desenvolvimento econômico do arquipélago. A larga maioria se encontra nos Estados Unidos da América e na União Européia, com destaque para Portugal, mas abrangendo igualmente países como Holanda, França, Luxemburgo, a Espanha e a Itália.

Os cinco principais países emissores de remessas para Cabo Verde são: em 2001, os Estados Unidos da América com 2515,5 milhões de escudos cabo-verdianos (aproximadamente 2515,50 dólares), (ECV); a França com 1532,9 milhões de ECV (aproximadamente 1532,90 dólares); os Países Baixos com 1331,5 milhões de ECV (aproximadamente 1331,50 dólares); Portugal com 1244,1 milhões de ECV (aproximadamente 1244,10 dólares).

Feitas as contas, em 2002, o valor global das remessas cifrava-se em 8.824 milhões de ECV, de acordo com o Banco de Cabo Verde.

Em comparação com 2008, que as remessas dos emigrantes atingiram 10,42 milhões de contos. Sendo que a maioria é proveniente de Portugal (3,1 milhões), França (2,2 milhões e dos Estados Unidos da América (1,4 milhões³⁴).

“De acordo com os dados do banco de Cabo Verde (BCV), nos quais a inforpress teve acesso, essa quantia enviada da emigração no ano passado, corresponde a um

³⁴ [http:// WWW. Asemana. Publ. cv/ spip. Pmp? Article 36491](http://WWW.Asemana.Publ.cv/spip.Pmp?Article36491)

acrécimo de 265,3 mil contos em relação ao ano anterior (2007) que foi de 10,15 milhões de contos” (inforpress, 2008, p.1).³⁵

Os Países Baixos ocupam o quarto lugar na história, depois de Portugal, França, e EUA, com um total de 1,2 milhões de contos enviados (aproximadamente 1.20 dólares). A Itália (713,9 mil), a Espanha (353,1 mil), o Luxemburgo (294,1 mil), o Reino Unido (234,9 mil) a Suíça (242,1 mil), a Alemanha (146,6 mil) e Angola (52,7 mil), (inforpress, 2008, p.1).

Os menos significativos são, no entanto, os fluxos de remessas enviadas dos países africanos (São Tomé e Príncipe, Moçambique, Guiné Bissau entre outros). Em vista das dificuldades encontradas muitas vezes na ligação aérea e também porque as transferências bancárias entre esses países e Cabo Verde são praticamente nulas. E essas poupanças dos emigrantes através do setor bancário, seja público ou privado, têm sido utilizadas como meios essenciais quer para integração no país de acolhimento, quer a implementação de projetos de desenvolvimento nos países de origem. (www.duplaopurtunidade.org, 2009).

Em nível de remessas por conselhos, São Vicente é o que ocupa primeiro lugar, ou seja, é o que mais recebeu dos emigrantes no ano de 2008, com 2,2 milhões de contos (2,200 milhões de dólares) arrecadados, seguindo da Praia (2 milhões), Santa Catarina (1,3 milhões), Tarrafal (1 milhão), São Nicolau (957 mil) e Fogo (600 mil), Sal (449 mil), Ribeira Grande (391 mil), Maio (31 mil) Boa Vista (302 mil) e Brava (204 mil), são os outros principais destinos de remessas no ano passado. (inforpress, 2008).

Segundo Ministérios dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, entre os anos 1975 e 1985, as remessas de emigrantes a par da ajuda externa ao desenvolvimento permitiram a construção de estradas, a implementação de programas de reflorestamento e abastecimento de água.

³⁵ Agência cabo-verdiana de notícias é uma sociedade anônima de capital público, matriculada na conservatória de registro comercial da Praia sob o nº 678. Situa-se no largo de Marconi, entre o Estádio da Sucupira e a RTC, Achada Santo António, Cidade da Praia.

Em 1987, 35% das transferências monetárias líquidas dos emigrantes foram destinadas aos investimentos, dos quais 81 por cento reservados à construção de habitação e nove por cento, à aquisição de terras (MNECC, 2003).

“Das transferências destinadas às famílias, que representaram, nesse ano, 47% das transferências monetárias líquidas, 80 % foram canalizadas para as despesas de consumo corrente” (Monteiro, 2001, p.1).

A poupança dos emigrantes, assumindo uma das conseqüências mais valorizadas da diáspora cabo-verdiana, poupanças essas que assumem não só, como um decisivo suporte para a balança de pagamentos e uma das fontes de rendimentos mais importantes, mas também assume como um potencial instrumento social e setorial (MNECC, 2003).

As remessas dos emigrantes representam, até 2008, a principal fonte de receitas de Cabo Verde e contribuem, anualmente, com uma média de 9,4 milhões de contos para a economia do arquipélago.³⁶

As remessas em conjunto com a APD tradicionalmente têm sido as duas maiores fontes de rendimentos de financiamento da economia cabo-verdiana desde a independência. Ela contribui para o equilíbrio da balança de pagamento, assim como para a melhoria do nível de vida das famílias beneficiadas. Ao regressarem para Cabo Verde, os emigrantes geralmente investem as suas poupanças. Esses investimentos são aplicados sobre aos setores da construção civil, dos transportes, e do turismo, pelo que se reveste de grande importância na utilização da mão-de-obra, sobre as regiões rurais de Santiago, Santo Antão e Fogo.

As transferências das remessas são feitas através de uma instituição de câmbio e dos TCT, e esses últimos não se verifica vínculo algum com os remetentes. Os casos concretos de situações sem vínculo, além dos CTT, são a Money Gram., a Western Union, e a cota câmbios. E essas instituições não exigem vínculo algum com os remetentes, o imposto de selo vem incluído na taxa/comissão cobrada no ato da transferência. Mas as instituições bancárias exigem que o remetente tenha uma conta aberta no banco para se poderem fazer as transferências bancárias.

³⁶

<http://Inforpress.publ.cv/>

E esses depósitos bancários dos emigrantes, que representam 40 por cento do total dos depósitos bancários, têm um peso significativo nas reservas externas/divisas do país.

Já em 2009, o volume das remessas enviadas para Cabo Verde por emigrantes cabo-verdianos em diferentes partes do mundo registrou um ligeiro aumento nos primeiros cinco meses do ano em curso, atingindo 3, 962 bilhões de escudos (cerca de 36 milhões de euros). O que vai contaria às previsões que apontavam para uma diminuição do montante das transferências dos emigrantes devido à atual crise econômica e financeira internacional.

Segundo, dados revelados pelo Departamento de Estatística do Banco de Cabo verde, entre janeiro e maio de 2009 (cerca de 36 milhões de dólares) é superior aos 3, 748 bilhões de escudos (cerca de 34 milhões dólares) enviados em igual período do ano passado.³⁷

De um modo geral, no período em referência registrou-se um crescimento das remessas enviadas a partir de Europa, continente responsável por cerca de 75 por cento do dinheiro que os cabo-verdianos no estrangeiros enviam ao seu país de origem.

Nos primeiros cinco meses deste ano de 2009, os cabo-verdianos residentes nos Estados Unidos canalizaram ao país 643,58 milhões de escudos (cerca de 5,85 milhões de dólares) no mesmo período de 2008.

³⁷ WWW.africanidade.Com/article/2727/1/Imigrantes-enviam-cerca-de-36-milhaes-de-euros-para-Cabo-Verde

CONCLUSÃO

O estudo e a pesquisa realizados para o desenvolvimento deste trabalho permitem a reflexão de alguns pontos importantes os quais serão detalhados ao longo dessa seção final. Quanto às teorias de emigração pode-se dizer que possibilitaram compreender melhor o fenômeno da emigração e também como os estudiosos abordam a questão da emigração. E refletir um pouco acerca da emigração cabo-verdiana, que a meu ver se identifica muito com as teorias abordadas por esses estudiosos.

A emigração cabo-verdiana é uma emigração que se iniciou no século XVIII, mas só vem a ter seu ponto alto no século XX. Que se deu para estes três continentes: Europa, América e África. As causas da emigração cabo-verdiana vão desde a falta de recursos naturais, secas, desemprego, fomes, até a mera ilusão de viajar. A Europa onde se concentra maior número de cabo-verdianos, principalmente países que fazem parte da União Européia, destacando Portugal, Holanda e França. As inúmeras presenças desses povos das ilhas na Europa é graça à relação privilegiada que Cabo Verde tem com a União Européia.

Quanto à comunidade cabo-verdiana em si, pode-se constatar que são comunidades que sofrem com dificuldades tais como discriminação, problema na renovação de visto, aquisição de nacionalidades, acesso a universidades, e à própria integração. Mas ao mesmo tempo são comunidades que se esforçam para uma vida melhor, tanto que se encontram homens a trabalhar nas construções civis, mulheres como domésticas, até jovens estudantes, que estudam e trabalham ao mesmo tempo. Um fato que considero relevante é o papel que as associações desempenham nas comunidades. Associações que fazem de tudo para os emigrantes se sentirem integrados, uma vez que eles tentam dar assistência médica aos idosos, tentam resolver problemas das comunidades, lazeres para os mais jovens informando sobre os males das sociedades, tais como droga, HIV/AIDS, e até conta histórias sobre cabo-verde para as gerações mais novas.

O governo de Cabo Verde, tendo consciência de que a emigração faz parte da sociedade cabo-verdiana, da importância que esses emigrantes exercem na economia cabo-verdiana vem traçando uma série de políticas de emigração, para melhor integrar esses emigrantes. Uma vez que se encontra perante situação que envolve dois estados, o caminho mais fácil e mais viável seria através da diplomacia e uma política externa eficiente. Nessa ótica o governo de Cabo Verde através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e

Comunidades, Institutos das Comunidades, vêm firmando uma série de acordos e convenções. Acordos e convenções esses que se baseiam nas relações bilaterais de segurança social.

O governo tem mantido diálogo constante com os países receptores, uma vez que determinados acordos pudessem favorecer uma melhor integração desses emigrantes. Nessa linha foram criados os programas, como por exemplo, programa voz da diáspora, consulados, postos de embaixadas.

Pode-se constatar também que existe certa preocupação do governo de Cabo Verde para com os emigrantes uma vez que, agora o governo vem traçando acordos constantes ligados ao setor de emigração.

A emigração cabo-verdiana é um fenômeno marcante na sociedade cabo-verdiana, que tem traduzido de forma benéfica para o desenvolvimento social e econômico de Cabo Verde. Através das remessas desses emigrantes, pode-se ver desenvolvimento nas sociedades cabo-verdianas, tais como a construção de estradas, abastecimentos de águas, e entre outras consideradas relevantes para o desenvolvimento de uma sociedade. As remessas de emigrantes têm aumentado muito principalmente em 2008, onde atingiu 10,42 milhões de contos, proveniente principalmente de Portugal, França, e Estados Unidos da América e continuou crescendo em 2009 onde atingiu 3,962 bilhões de escudos, apesar da crise internacional que assolou o mundo no final de 2008. A economia cabo-verdiana desenvolveu-se muito desde o final da década de 90. Isso foi possível graças às significativas remessas financeiras enviadas para o país. Onde representava em 2002, 30 por cento da massa monetária cabo-verdiana.

Por fim pode-se concluir que a emigração cabo-verdiana faz parte da própria história cabo-verdiana, que começou inicialmente de forma forçada através da escravatura, e, mas tarde devido à própria dificuldade enfrentada por essas ilhas desafortunadas.

Pode-se concluir também que para que os emigrantes se sentem integrados e aptos a se desenvolver nas sociedades estrangeiras, é preciso com que haja uma relação diplomática entre o país emissor e receptor de emigrantes, uma cooperação descentralizada. E é preciso que o próprio governo emissor de emigrante trace uma política externa voltada para o setor de emigração.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho pode-se constatar que a emigração não é só um fenômeno sociológico, mas também faz parte da própria política externa do país, uma vez que envolve dois estados. Sabendo que a emigração como variável demográfica torna-se componente essencial da política externa. Sendo assim todo o que envolve indivíduos num espaço internacional, tem de ser resolvido de forma diplomática entre o país emissor e os países receptores de forma com que ambos saiam ganhando.

Anexo



Localização de Cabo Verde

O arquipélago de Cabo Verde situa-se no oceano Atlântico, na costa ocidental da África, sendo formado por dez ilhas divididas por Sotavento e Barlavento, ocupando uma superfície de 4.033 km².

Barlavento: Santo Antão; São Vicente; Santa Luzia; São Nicolau; Sal e Boa vista.

Sotavento: Maio, Santiago, Fogo e Brava

Cabo Verde foi uma antiga colônia Portuguesa, que proclamou a sua independência a 05 de Julho de 1975.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica** ED. UNB. IPRI; São Paulo Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CABO VERDE. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Direção - Geral da Cooperação Internacional: **cooperação governamental**, Praia, 2008.

CARREIRA, António. **Migrações nas ilhas de Cabo Verde**- Universidade Nova de Lisboa, ciências sociais e humanas, Lisboa, 1977.

CASTLES, Stephen. **Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais fim do século**- Edições, 2005.

COHEN, Robin. **Global diásporas: an introduction**, 1^a Ed, Oxford, 1997.

ESTADÍSTICA HOLANDESE, citado por Carting Jorgen. The Cape Verdean community in the Netherlands. Disponível em WWW.Dragoeiro.Com, 2003.

Estudo de caracterização da comunidade cabo-verdiana residente em Portugal, embaixada de cabo verde em Portugal, Lisboa, maio, 1999.

GOVERNO DE BRASIL. Ministério das relações Exteriores. **Prática diplomática brasileira**: manual de procedimento, Brasília: MRE, 2008.

GRAÇA, Antonio da. A dinâmica organizativa dos cabo-verdianos na Holanda, in Anais número 4, Midelo, 2000. Citado por Morgan Lima Monteiro, Karl Marx, op. Cit. 2003.

La cooperacion luxembourgeoise, **Rapport annual 1996**, Ministère dês Affaires Etragére, Du Commerce Exterior ET de La coopération, p. 45.

MASSEY, Douglas et al. - **the social organization of migration, in return to azthan the social process of international migration from western Mexico**, Berkeley, University of California, press,1990.p. 139- 171.

PIRES, Dore. Cabo-verdianos no Mercado de trabalho, Lisboa e Roterdão, Erasmus University Rotterdam, **Tese de Licenciatura em Sociologia**. (policopindo), 1997.

RAMOS, Arnaldo Andrade, **A inserção da diáspora cabo-verdiana no espaço europeu: implicação nas relações EU- Cabo Verde**, Seminário sobre as relações externas de Cabo Verde: o caso da união europeia, Praia, 13 e 14 de dezembro, 2002.

TILLY, Charles-**Transplanted Networks**, in YANS- MC LAUGHIN(ed), Virginia, Immigration Reconsidered, NY, Oxford University,Press,1990, pag.79-95.

WIGHT, Martin. **A política do Poder**. 2ª Ed. Brasília: Ed. UnB, 2002.

CARDOSO, Gaudino José Tavares. Globalização, Migrações, Novos Movimentos sócias transnacionais EA (DES), Integração Dos Descendentes De Cabo-verdianos Na diáspora. **Revista Pré-Textos, Propriedade da Associação de Escritores Cabo-verdianos**. Praia; Dezembro, 2007. Disponível em http://www.ic.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=24&Itemid=145. Acesso em 12 de julho de 2009.

GÓIS, Pedro Manuel R. Emigração Cabo-verdiana para (e na) Europa e a Sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão, Roterdão – **Dissertação orientada pela professora doutora Maria Loannis Baganha para obtenção de grau de mestre em Sociologia**, PRAXIS XXI/BM/17756/98, Coimbra, 2002.

GONÇALVES, Jorge Pereira; ÁLVARO Apolo; MONTEIRO, César. Política de emigração: **Desafios e perspectivas**, Praia, 2003.

LEITÃO, José. A diáspora Cabo-verdiana no espaço europeu e o seu papel na criação de laços culturais, econômicos e políticos. **Seminário sobre relações externas de Cabo Verde**: o caso da União Europeia, Praia, 14 e 13 de dezembro, 2002.

ROCHA, Júlio Santos. A comunidade cabo-verdiana em França. Disponível em http://www.ic.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=24&Itemid=145. Acesso em 12 de julho de 2009.

ROCHA, Júlio Santos. A comunidade cabo-verdiana em Portugal. Disponível em http://www.ic.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=24&Itemid=145. Acesso em 12 de julho de 2009.

ROCHA, Júlio Santos. A comunidade cabo-verdiana em Holanda. Disponível em http://www.ic.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=24&Itemid=145.

Acesso em 12 de julho de 2009.

ROSANROCH, Júlio. História da emigração cabo-verdiana, uma visão cruzada nas composições musicais. SPIGA NEWS. Disponível em:

http://www.spigamidju.com/CABO%20VERDE/Historia_da_emigracao_caboverdeana.pdf. Acesso em: 14/Abril/2009.

SASAKI, Elisa Massa; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teoria das Migrações Internacionais. (2000). Issue: **XII Encontro Nacional da ABEP 2000**, Caxambu, outubro de 2000, GT de Migração, Sessão 3 – A migração internacional no final do século.

TOLENTINO, André C.; ROCHA, Carlos M.; TOLENTINO, Nancy C. A importância e o impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde. **ACIDI**, 2000. Disponível em: http://www.acidi.gov.pt/docs/Publicacoes/estudos/Estudo_27.pdf. Acesso em: 12/Março/2009.

VIEIRA, Francine, A diáspora cabo-verdiana: um movimento Identitário para a construção de uma comunidade transnacional? **CEAN-IEP** Bordeus, 2005.

Sites consultados

Instituto das Comunidades. [WWW.ic.cv](http://www.ic.cv). Último acesso: 17 de novembro de 2009

GOVERNO DE CABO-VERDE. www.governo.cv. Último acesso: 17 de novembro de 2009

[WWW.comunidade cabo-verdiana em Portugal](http://WWW.comunidade.cabo-verdiana.em.Portugal). Último acesso: 2 de outubro de 2009

[Página. MNEC. Documentos](#). Último: acesso dia 4 de novembro de 2009

WWW.africnidade.com/articles/2727/1/ Imigrante - enviam- cerca – de-36-milhaes – de- euros – para – Cabo Verde. Último acesso: dia 10 de novembro

<http://WWW.Aipa-azores.Com/noticiais/ver.Pnp?.Id=880>. Último acesso: 10 de novembro de 2009.

<http://WWW.Duplaoportunidade.org/spip.Pnp?article87>. Último acesso: 10 de novembro de 2009

[http : //WWW. Voanews. Com/ Portuguese/ article/ 2008 – 05/ 2008 – 05 – 09.](http://WWW.Voanews.Com/Portuguese/article/2008-05/2008-05-09) Último acesso: 10 de novembro de 2009

[http : // olhofuturo. Blogspot. Com/ 2007/ 04/ as – remessas - de – emigrantes – especulação. Ntml.](http://olhofuturo.Blogspot.Com/2007/04/as-remessas-de-emigrantes-especulao.Ntml) Último acesso: 14 de novembro de 2009

[http: // WWW. Asemana. Publ. cv/ spip. Pnp? Article 36491.](http://WWW.Asemana.Publ.cv/spip.Pnp?Article36491) Ultimo acesso: 16 de maio de 2009

[http. Inforpress. publ.cv/.](http://Inforpress.publ.cv/) Último aceso dia 14 de novembro de 2009

[http://www.mnecc.gov.cv/.](http://www.mnecc.gov.cv/) Último acesso dia 14 de novembro de 2009